
Prestação de Contas

Secretaria Geral de Administração

APRESENTAÇÃO.....	10
DRH	14
I. <i>Qualidade de vida para o servidor</i>	14
1) Programa Vida Saudável	15
a) Campanhas de Saúde	15
b) Campanha contra o tabagismo	15
c) Prevenção de acidentes de trabalho	15
d) Ginástica Laboral.....	15
e) Campanha de nutrição e controle do peso corporal.....	16
f) Prevenção do sedentarismo.....	16
g) Preservação do Meio Ambiente.....	16
h) Saúde Bucal.....	16
2) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO	17
3) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA.....	17
4) Programa de Combate a Incêndios - PCI.....	17
5) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - Cipa.....	18
6) Palestras educativas na área de saúde.....	18
a) Dia da Saúde e Segurança no Trabalho.....	18
b) Dengue	18
c) Dia da Qualidade	18
7) Programa de Prevenção à LER	18
a) Ginástica Laboral Preventiva	19
b) Aquisição de material ergonômico	19
c) Orientação Postural.....	19
d) Avaliação de sintomas de Ler-Dort	19
e) Aquisição de novo mobiliário através da FUNAP	19
II. <i>Modernização, Planejamento e Capacitação</i>	20
1) Modernização do DRH.....	20
a) Reorganização dos prontuários.....	21
b) Microfilmagem.....	21
c) Informatização do Serviço de Registro Funcional.....	21
d) Modernização da Folha de Pagamento	21
e) Reorganização do trabalho	22
f) Elaboração do Manual de Procedimentos da DARH.....	22

2) Planejamento.....	23
a) Reunião com diretores.....	23
b) Cursos de Gerenciamento	23
c) Planejamento Estratégico	25
d) Censo Assembléia.....	25
3) Treinamento e capacitação.....	25
a) Treinamento.....	25
b) Telecurso	26
c) Administração do Programa Frente de Trabalho.....	26
d) Acompanhamento dos estagiários de nível superior	27
e) Acompanhamento dos estagiários de nível médio.....	28
f) Concursos.....	28
4) Outras ações	29
a) Financiamento para os servidores.....	29
b) Institutos de Mobilidade Funcional	29
c) Creche	30
d) Afastamentos.....	30
DSG.....	32
I. Reformas.....	33
1) Criação e ampliação do Estúdio de gravação da TV Assembléia.....	33
2) Reforma dos banheiros públicos e dos gabinetes parlamentares	33
3) Reforma e modernização dos Plenários José Bonifácio, Tiradentes e D. Pedro I e do Auditório Teotônio Vilela.....	35
a) Reforma e modernização dos Plenários	35
b) Reforma do Auditório Teotônio Vilela.....	35
4) Restauro do Parlatório	36
5) Criação do “Pátio das Cidades”	36
6) Recuperação dos “brise soleil” (colméias) internos e externos das fachadas da ASSEMBLÉIA	38
7) Impermeabilizações.....	39
a) Impermeabilização da laje da cobertura do Palácio 9 de Julho.....	39
b) Impermeabilização da laje da garagem.....	39
c) Impermeabilização da laje da gráfica.....	40
d) Impermeabilização da laje da creche	40

8) Criação do Espaço de Convivência e a readequação do espaço físico do subsolo.....	41
9) Remodelação da Sala de Imprensa.....	42
10) Reforma da biblioteca e aquisição de equipamentos antifurto	43
11) Reforma da garagem.....	44
12) Reforma da cobertura da marquise da rampa de chegada e saída dos Deputados	44
13) Remodelação do espaço destinado à barbearia.....	44
14) Reforma da Creche.....	45
15) Reforma do Serviço Médico de Cardiologia	45
16) Reforma do estacionamento dos Deputados.....	46
17) Reforma da cozinha do restaurante dos funcionários.....	46
18) Readequação geral do Prédio.....	47
• Medidas destinadas a tornar o prédio mais funcional:.....	47
a) Troca do forro de gesso existente	47
b) Recuperação das portas de madeira.....	48
c) Pintura de corredores e batentes das portas.....	48
d) Ar condicionado	49
• Medidas destinadas a ampliar a segurança do prédio	49
a) Troca do sistema de abertura das janelas	49
b) Implantação de piso antiderrapante nas rampas	50
c) Retirada das portas de vidro	50
d) Recuperação das tomadas de piso e parede e interruptores	50
e) Revisão do sistema de pára-raios.....	51
f) Readequação do circuito elétrico de emergência.....	51
g) Colocação de guarda-quadros de madeira nas subcentrais de telefonia e elétrica	51
h) Criação da Brigada de Incêndio	52
i) Retirada dos fogões a gás.....	52
19) Novas edificações.....	52
a) Construção da sede do Instituto do Legislativo Paulista –ILP	53
b) Implantação de área para o Programa “Acessa São Paulo” e Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT.....	53

Acessa São Paulo	53
Os Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT	54
Área a eles destinada	54
20) Melhoria do sistema de telefonia	55
21) Padronização da sinalização interna do prédio	55
DIDO	56
I. Medidas destinadas a ampliar a participação popular	57
1) LDO e Orçamento na Internet:.....	57
2) Aprimoramento permanente do portal na Internet.....	58
II. Medidas destinadas a aprimorar o trabalho setorial.....	58
1) Infobases	58
• Legislação de Pessoal	59
* Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo.....	59
* Lei 500/1974	59
* Lei Complementar 180/1978	59
* Legislação de Pessoal	59
* Resolução 776/1996	59
• Plenário e Comissões	59
* Código de Ética e Decoro Parlamentar.....	59
* Comissões	59
• Ementário das Sessões	60
* Íntegra das Sessões	60
* Lei Complementar 863/1999	60
* Regimento Interno	60
• LDO	60
* PI 267/2002 – LDO para 2003	60
* PI 230/2001 – LDO para 2002	60
• Orçamento	60
* PL 614/2002 – Orçamento para 2003.....	60
* PL 622/2001 – Orçamento para 2002.....	61
• Normas e Procedimentos.....	61
* Atos que regulamentam a cessão de espaço público na	

* Ato regulamentando programa do SPL	61
* Gabinete Parlamentar.....	61
* Guia de Serviços Internos	61
* Manual de Redação Administrativa	62
* Manual de Redação Parlamentar.....	62
* Manual da Qualidade.....	62
* Pareceres da Procuradoria.....	62
• Legislação estadual.....	62
* Ações Diretas de Inconstitucionalidade.....	62
* Código de Saúde.....	62
* Constituição Estadual	63
* Legislação de São Paulo	63
• Legislação federal.....	63
2) Sistemas diversos	63
• Df_con – Controle de Contratos	64
• Or – Emendas ao orçamento do Estado	64
• Planilha de férias.....	64
• Saeg.....	64
• Sistema de denúncias e sugestões por telefone	64
• DF – Movimentação das fichas de empenho	64
• CA – Controle de acesso aos sistemas.....	64
• Resumo do ementário para Internet.....	64
• Diversos sistemas administrativos internos.....	64
3) SPL.....	64
4) Aplicações para Web.....	65
a) AH – Acervo Histórico	66
b) AN – Agência de Notícias.....	66
c) CTL – Coletânea Temática de Leis	66
d) CL – Classificados.....	66
e) DFAT - Atas	66
f) PJ – Parlamento Jovem.....	66
g) PL – Publicações	66
h) PR - Pauta e ordem do dia.....	67

i) Mala Direta.....	67
j) Páginas de RH.....	67
5) Sistema integrado com a Secretaria de Planejamento para LDO e Orçamento.....	67
6) Intragov.....	68
7) Interação com outros órgãos	68
• SIGEO.....	68
• SAO.....	69
• SIFEM/SIAFISICO	69
• INFOCRIM	69
• INTRANET DA POLÍCIA CIVIL	69
8) Programa Interlegis	69
<i>III. Medidas de aperfeiçoamento da atividade interna do departamento.....</i>	<i>69</i>
1) Treinamento	70
2) Concurso Público	70
<i>IV. Aquisição de computadores</i>	<i>70</i>
<i>V. Atendimento ao usuário da Assembléia.....</i>	<i>71</i>
<i>VI. Plano Diretor de Informática.....</i>	<i>71</i>
DF	72
<i>I. Medidas destinadas a eliminar o desperdício.....</i>	<i>75</i>
1) Economia de energia elétrica	75
2) Economia de água	76
<i>II. Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.....</i>	<i>76</i>
<i>III. Licitações.....</i>	<i>78</i>
1) Bolsa Eletrônica de Compras.....	79
2) Pregão	79
3) Convites	79
4) Tomadas de preço e concorrências.....	80
5) Utilização de bens como parte do pagamento.....	80
<i>IV. Fundo Especial de Despesa do Legislativo</i>	<i>81</i>
<i>V. Manual de Adiantamento</i>	<i>82</i>
<i>VI. Manual de Procedimentos para a prestação de Contas do auxílio encargos gerais de gabinete de deputado.....</i>	<i>82</i>

<i>VII. Contra Prestações</i>	83
PARCERIAS, CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO	84
<i>I. Parcerias</i>	84
• Eletropaulo/Philips/ALESP.....	84
• Substituição das luminárias.....	85
• CETEP/ SHUNT/ ALESP.....	85
• Programa de Uso Racional da Água – PURA - CONVÊNIO SABESP/ ALESP	86
• Moto Honda da Amazônia	86
• Conselho Regional de Contabilidade e IOB – Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.	86
• Sala da Cidadania	87
• Associação Brasileira da Indústria têxtil - ABIT	87
• Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Coréia.....	87
• BCP telefonia.....	87
• Sindipedras	88
• Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo	88
• Artefato	88
• Spress Café e Sindicato da Indústria do Café do Estado de São Paulo	88
• Instituto de Humanização do Transporte e do Trânsito - IHTT	89
• Organização Ikesaki Móveis e Cosméticos Ltda.....	89
• Cepam	89
• Imesp.....	89
• Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo – IPH	90
• Campanha de Produtos.....	90
• Doação de obras de arte	90
<i>II. Convênios e Acordos de Cooperação</i>	91
NÚCLEO DE QUALIDADE.....	93
<i>I. CERTIFICADO DE QUALIDADE</i>	93
<i>II. RESPONSABILIDADE SOCIAL</i>	93

1) Programa de coleta dos resíduos sólidos recicláveis – coleta seletiva	93
INICIATIVAS CULTURAIS	95
I. CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL PARLAMENTAR DE COMUNICDADES DE RAÍZES E CULTURAS ESTRANGEIRAS E DO MEMORIAL	95
a) Conscre	95
b) Memorial da Conselho de Comunidades de Raízes e Culturas.....	96
II. ACERVO ARTÍSTICO.....	96
III. MUSEU DOS BANDEIRANTES	98
IV. PAISAGISMO.....	99
V. ORQUESTRA DE CÂMARA DA UNESP	99
VI. CAFÉ DE SÃO PAULO	99
ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR E CIVIL.....	100
I. PROJETO QUALIDADE DE VIDA – ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR E CIVIL.....	100
1) Operações Realizadas:.....	102
a) Operações Bloqueio: 30 (trinta).....	102
b) Operação “Cebolinha do Parque do Ibirapuera”	102
c) Operação Parque sem Droga:	103
Pessoas Abordadas: 50 (cinquenta).....	103
Pessoas Conduzidas para Averiguação:38 (trinta e oito); sendo 10 (dez) com antecedentes criminais por roubo, furto e receptação	103
Flagrantes:04 (quatro).....	103
Porte de Entorpecente: 03 (três).....	103
Tentativa de Furto Qualificado: 01 (um).....	103
d). Operação Flanelinha no Parque do Ibirapuera	103
Principais Ocorrências:.....	103

APRESENTAÇÃO

Todo aquele que exerce cargo público não está acima, nem detém qualquer poder além daquele que lhe foi outorgado pelos cidadãos, cujo exercício não só é delimitado pelas normas legais, como submete-se a princípios bem definidos, quanto a sua finalidade.

É justamente na noção de finalidade que se tem um elemento essencial à compreensão moderna de Estado, pois sua legitimidade está profundamente relacionada a esse conceito.

O direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade são finalidades essenciais do Estado, porque está na raiz, na própria essência de sua criação. A democracia é um corolário dessa coluna mestra, na medida em que não há meio mais eficiente, mais justo e mais amplo de se assegurar a consecução desses objetivos básicos.

Desenvolver e ampliar a democracia estão entre as grandes metas de todo aquele que recebe um mandato público e muitas ações podem ser implementadas com vistas a garantir a plenitude de seu exercício.

A prestação de contas configura-se o cumprimento de uma cláusula no contrato que une eleitos e eleitores. Não é mérito, mas obrigação.

A democracia, mais do que qualquer outra forma de governo, requer uma estrutura de suporte eficiente, que atenda ao conjunto da sociedade, através da busca da excelência nos procedimentos, da

incorporação das inovações tecnológicas, da transparência das ações e, sobretudo, do controle efetivo dos gastos públicos.

Esses quatro conceitos se materializam em inúmeras iniciativas da Mesa Diretora, que tem, como fio condutor, a meta especial de promover a recuperação do espaço público.

Espaço público não apenas em seu sentido material, mas, fundamentalmente, em seu sentido político, para o qual a estrutura material é apenas uma ferramenta, um suporte. Esse é o grande diferencial das obras realizadas na Assembléia, porque elas não são simples construções e reformas, mas o resgate de um espaço público, a ser apropriado pelo seu legítimo proprietário: o povo paulista.

Não se amontoam tijolos, pintam-se paredes, reformam-se corredores, seguindo apenas uma planta física, mas, pelo contrário, a parte física é reformulada com o objetivo de revitalizar a ação política. Onde quer que a cultura política ganhe vitalidade se verá o espaço público sendo valorizado, ocupado, respeitado em todos seus aspectos, inclusive no estético.

No auge da democracia ateniense, Péricles contratou Fídias para dar aos espaços públicos da cidade uma expressão estética condizente com a importância da República. A Renascença marcou as cidades italianas com os símbolos do amor cívico de seus cidadãos. A Revolução Americana criou marcos de uma sociedade cidadã e a Revolução Francesa reformulou o espaço público para que fosse ocupado pelo povo e não mais pela aristocracia.

A revitalização, quando embasada nos princípios democráticos, não visa a beleza, o prazer estético ou a glorificação das emoções

mitológicas, como as obras da ditadura, que buscam marcar a paisagem e a história com a presença de um grande homem, mas busca atender ao conjunto de pessoas, garantindo a elas condições para que se ocupem das coisas públicas.

As transformações operadas na Assembléia têm uma clara finalidade de adequar seu espaço a um novo papel e a um novo conceito de Parlamento, criado sobre os pilares “Transparência, Participação e Resultados”, e por isso se dão não só em termos físicos, mas também operacionais.

A Secretaria Geral de Administração, através das diversas áreas a ela vinculadas, mesmo não lidando diretamente com as atividades fins do Parlamento, busca fornecer os meios para que essas atividades sejam desenvolvidas de forma adequada e suas intervenções visam, sobretudo: a) **ampliar a eficiência**, mediante a expansão da rede de informática e do treinamento recorde de funcionários; b) **reduzir custos**, com a implantação de novas modalidades de aquisição de bens e serviços, como o pregão, a Bolsa Eletrônica de Compras e a implementação de programas de combate ao desperdício; c) **tornar o ambiente da Assembléia mais seguro**, com a realização de inúmeras reformas, sem as quais seria inclusive irresponsável estimular uma maior presença do público no Poder Legislativo; d) e **garantir um estímulo permanente à ocupação desse espaço público pelos cidadãos**, sem o que nada mais faria sentido.

A SGA cumpre, assim, seu importante papel na tarefa traçada pela atual Mesa Diretora: o de assegurar a consolidação e o

desenvolvimento da democracia, através do fortalecimento do Parlamento.



Na área do DRH – Departamento de Recursos Humanos – além das atividades de rotina, foram desenvolvidas ações em duas grandes linhas: a melhora da qualidade de vida dos servidores, com reflexos sobre a produtividade e eficiência – e a modernização geral de procedimentos, que implica tanto o aperfeiçoamento de técnicas, quanto o planejamento adequado e o treinamento e capacitação constantes.

Em todas as atividades do DRH, uma das grandes marcas foi o planejamento estratégico. Diversas ações, cujos resultados concretos já podem ser observados derivam dessa forma profissional e moderna de enxergar a administração de Recursos Humanos, como a adoção de manuais de procedimentos em diversas áreas, o aperfeiçoamento do trabalho em equipe com reuniões regulares, e a adoção de novos procedimentos de trabalho (equipes de conferência, rodízio de funções). Também é importante destacar o grande esforço realizado no sentido de informatizar os procedimentos administrativos, dando mais agilidade e eficiência à ação tanto do próprio departamento como de outras áreas da casa.

I. QUALIDADE DE VIDA PARA O SERVIDOR

Em relação ao primeiro item, as principais ações foram:

1) Programa Vida Saudável

Promovido pelo DRH e pelas Divisões de Saúde, de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Equipe de Apoio ao Funcionário – formam um conjunto de ações visando tornar mais satisfatórias as condições de trabalho dos servidores, através do seu aprimoramento da busca de um maior equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, partindo do princípio que um funcionário com uma melhor qualidade de vida produz mais e melhor. Dentre as diversas ações deste programa merecem destaque:

a) Campanhas de Saúde

Doação de sangue, prevenção do colesterol, diabetes e controle da pressão arterial, buscando não só orientar os servidores quanto à importância do controle e prevenção de problemas relacionados a essas questões, bem como quanto ao diagnóstico precoce de eventuais problemas de saúde.

b) Campanha contra o tabagismo

Através de cartazes, palestras, criação de áreas reservadas para fumantes e outras medidas, visando reduzir esse vício que tem impacto bastante negativo sobre a saúde do servidor.

c) Prevenção de acidentes de trabalho

Também através de cartazes, palestras e folhetos se buscou reduzir o risco de acidentes de trabalho a partir de uma orientação adequada.

d) Ginástica Laboral

Visando reduzir eventuais riscos derivados da atividade profissional, bem como garantindo uma qualidade de vida adequada, a ginástica é aplicada diariamente na taquigrafia, biblioteca, gráfica e informática, e em dias alternados nos setores de compras, finanças, imprensa, apoio à Mesa, comissões, comunicação social, núcleo de qualidade e serviço técnico de saúde. Também é aplicada em sala no subsolo.

e) Campanha de nutrição e controle do peso corporal

Contando, além da campanha de caráter educativo e de orientação, com a formação de uma Comissão de Fiscalização do Restaurante.

f) Prevenção do sedentarismo

Campanha educativa com orientações sobre como incorporar a atividade física ao cotidiano dos servidores, visando reduzir um dos principais elementos de aumento do risco de várias doenças.

g) Preservação do Meio Ambiente

Campanha educativa que contou também com a distribuição de mudas de plantas.

h) Saúde Bucal

Campanha com palestras e distribuição de kits para as crianças da creche, contando com assessoria especializada e convênio com a empresa Colgate. Também integrada com a Campanha Anti-tabagismo.

2) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - desenvolvido pelo Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho, visa reduzir os riscos à saúde dos servidores e promover as condições para uma vida saudável no local de trabalho. Constitui-se de exame médico periódico, quando são solicitados exames clínicos e laboratoriais, realizado anualmente e colocado à disposição de todos os servidores. Desde sua criação em 2001, cerca de 1600 servidores participaram do programa.

3) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA

O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, desenvolvido pelo Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho, realiza análises e faz propostas para melhoria do local de trabalho, visando a preservação da saúde e da integridade física dos servidores, buscando antecipar os problemas e controlando eventuais riscos ambientais, existentes ou potenciais.

4) Programa de Combate a Incêndios - PCI

O Programa de Combate a Incêndios, desenvolvido pelo Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho conjuntamente com a Brigada de Incêndio, monitora em caráter permanente as condições da casa e apresenta um conjunto de procedimentos para situações de emergência. É importante também destacar, pela relação com o tema e ação conjunta, as obras realizadas pelo DSG, no sentido de tornar o prédio da Assembléia mais seguro.

5) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - Cipa

O DRH contribui na formação e assessoramento da Cipa - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, e da Brigada de Incêndio, parte integrante do PCI.

6) Palestras educativas na área de saúde

O Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho promoveu palestras destinadas aos servidores, visando dar informações úteis para diversas questões relacionadas à saúde, entre elas:

a) Dia da Saúde e Segurança no Trabalho

Visando demonstrar aos servidores a importância das atividades do Programa Vida Saudável.

b) Dengue

Visando dar orientação básica sobre como reduzir os riscos de ser infectado, tendo sido distribuídos panfletos e materiais de esclarecimento.

c) Dia da Qualidade

Foi feito o cálculo do Índice de Massa Corpórea dos presentes e apresentação de orientações para os diabéticos e para evitar a fadiga visual no trabalho. A atividade fez parte do Programa Vida Saudável.

7) Programa de Prevenção à LER

O Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho desenvolveu diversas ações relacionadas à prevenção e diagnóstico

de Lesões por Esforço Repetitivo entre os servidores. Dentre as ações destacam-se:

a) Ginástica Laboral Preventiva

Integrada no Programa Vida Saudável.

b) Aquisição de material ergonômico

Foram adquiridas cadeiras, apoios para os pés e para os punhos (incluindo suportes para teclado e mouse), mesas e outros móveis ergonômicos que reduzem de forma significativa os riscos de lesões e melhoram a qualidade de vida dos servidores. Além disto, todos os equipamentos foram entregues com instruções sobre o seu uso adequado.

c) Orientação Postural

Além da adequação do mobiliário e acessórios foi desenvolvida uma campanha dando aos servidores noções de ergonomia, incluindo a orientação quanto a exercícios de compensação e adesão às sessões de ginástica laboral.

d) Avaliação de sintomas de Ler-Dort

O Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho atendeu aos funcionários que apresentaram sintomas de Ler-Dort e, após a análise do posto de trabalho, forneceu orientações técnicas sobre postura e exercícios compensatórios.

e) Aquisição de novo mobiliário através da FUNAP

A FUNAP é uma instituição que tem por missão promover a reabilitação e ressocialização do preso, através de programas de educação, cultura e trabalho produtivo. Teve origem na Lei 1238, de 22/12/76, aprovada por esta Casa, que autorizou o Poder Executivo a instituir a “ Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso”, hoje denominada, por força de lei, “Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”, que integra a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado. Procura fornecer aos presos educação e profissionalização através do trabalho interno, que é realizado em uma de suas 34 oficinas, ou externo, realizado por meio de termos de Cooperação com órgãos do Estado e empresas privadas. A contratação da FUNAP, devido aos baixos preços e excelente qualidade do mobiliário fornecido, permitiu que a Assembléia efetivasse a troca de 1116 mesas, 1116 gaveteiros, 40 mesas para impressoras e 500 mesas de computador, o que significou a substituição de 90% do mobiliário existente. A iniciativa configura-se medida de elevado interesse público, por seu caráter sócio-educativo.

II. MODERNIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E CAPACITAÇÃO

A outra linha de ação do DRH foi a busca de um aprimoramento constante do próprio departamento e dos demais setores da Casa, no que diz respeito à qualificação dos servidores. Nesta linha, destacam-se as seguintes ações:

1) Modernização do DRH

Diversas ações buscaram tornar o DRH mais eficiente e ágil, através da modernização de procedimentos, que foi sem dúvida uma

das grandes marcas da atual legislatura e um grande princípio norteador da ação da Assembléia. Dentre elas, destacam-se:

a) Reorganização dos prontuários

Os documentos contidos nas pastas funcionais foram recuperados, reordenados, analisados e organizados, através de um programa desenvolvido em conjunto pelo DRH e pela Fundap - Fundação para o Desenvolvimento Administrativo, dando à Assembléia um controle mais efetivo sobre essa documentação.

b) Microfilmagem

Já foram microfilmados 813.600 documentos totalizando 3 milhões de folhas de papel, garantindo tanto a preservação adequada dos documentos – o microfilme tem vida útil de 150 anos – como também a facilidade de consulta e armazenamento. Entre a documentação microfilmada encontram-se prontuários, fichas financeiras e de frequência. Foram gastos cerca de R\$ 384.000,00 nos últimos quatro anos, nos contratos firmados com a PRODESP.

c) Informatização do Serviço de Registro Funcional

Desenvolvida pelo Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional em conjunto com os próprios servidores da unidade, a informatização automatizou as rotinas do Serviço de Registro Funcional, com a criação de controles de frequência, férias, lotação, posse, nomeação e exoneração. Através desse primeiro passo, criaram-se condições para a constituição de um cadastro eletrônico dos servidores ativos e inativos.

d) Modernização da Folha de Pagamento

Desenvolvido em conjunto com a PRODESP, o projeto implantou uma interface gráfica que facilita o acesso e o treinamento na operação e todos os cálculos passaram a ser feitos de forma automática, eliminando-se os últimos métodos de cálculo manual que ainda eram aplicados na formação da Folha.

Outra consequência das modificações introduzidas foi a substituição de obsoletos terminais que faziam a comunicação com a PRODESP. Essa mudança resultou em maior agilidade na transmissão de informações e permitiu a ampliação do número de terminais. Toda essa modernização não gerou custo extra, além do preço já estipulado no contrato para processamento da Folha.

e) Reorganização do trabalho

Esse projeto envolveu a totalidade dos servidores do departamento, buscando uma reflexão crítica sobre a atividade cotidiana que otimizasse as rotinas e tornasse o conjunto das atividades do departamento mais eficiente, mais produtivo e mais satisfatório, tanto do ponto de vista da Assembléia quanto do servidor. A partir dessas reflexões, muitas rotinas foram modificadas e revisadas minuciosamente, gerando ganhos de produtividade controlados através de avaliações permanentes.

f) Elaboração do Manual de Procedimentos da DARH

O Manual de Procedimentos produzido pelo Departamento organizou todas as rotinas de trabalho da DARH - Divisão de Administração de Recursos Humanos, de forma padronizada. O resultado foi um compêndio de mais de 500 páginas, onde está descrita, minuciosamente, a forma de execução do trabalho, com

indicação de toda a legislação pertinente à matéria e o fluxo dos documentos.

Além de servir como instrumento regulamentador das ações do Departamento e de outros setores que trabalham em conjunto, o Manual também tem importância didática, pois através dele é possível treinar novos funcionários de forma prática e eficiente, contendo anexos modelos de requerimento e de formulários-padrão úteis aos servidores em geral. O manual já se encontra digitalizado. Os formulários de utilização dos servidores em geral já se encontram na rede.

2) Planejamento

a) Reunião com diretores

Por iniciativa da Mesa Diretora, o DRH promoveu, através da DDRH, reunião entre a Mesa Diretora e os diretores de Unidades Administrativas, na qual foram discutidos os problemas e necessidades de treinamento e modernização da Casa. Foram definidas as necessidades de planejamento estratégico das tarefas administrativas, ampliando a eficiência das mesmas e otimizando seus custos em termos de recursos materiais e humanos.

b) Cursos de Gerenciamento

Em decorrência da reunião da Mesa com os diretores, foi realizado o primeiro módulo de um Curso de Formação Gerencial, visando ampliar a capacidade de gerenciamento e liderança daqueles que exercem funções de diretoria. Cerca de 90% dos diretores participaram do curso.

Dando continuidade ao trabalho, o segundo módulo está sendo preparado para o primeiro semestre deste exercício e a eventual repetição do primeiro módulo para novos diretores e alguns que não puderam participar na ocasião. O curso é um encontro de 15 horas com muita informação, dinâmicas e trocas de experiência entre os vários setores da Casa.

c) Planejamento Estratégico

Também em função da reunião mencionada, vêm sendo realizados estudos com vistas à elaboração de um Planejamento Estratégico global da Assembléia. A complexidade e importância desse planejamento requer um determinado tempo de maturação e uma elaboração que seja tanto horizontal como vertical. A Mesa Diretora tem intenção de concretizar o plano em 2003.

d) Censo Assembléia

Importante ferramenta para o planejamento de Recursos Humanos e para outras áreas da Assembléia, o Censo permitiu que se conhecesse melhor o perfil dos servidores efetivos tanto em relação a suas características demográficas e funcionais (sexo, idade, etnia, escolaridade, tempo de serviço, tempo de lotação nas unidades, entre outros) quanto ao seu grau de satisfação com diversos temas relacionados ao trabalho, além de se coletar sugestões importantes para o aprimoramento das áreas, entre outras informações. Além da versão impressa, o Censo está também disponível na forma de uma planilha dinâmica, tornando-se uma ferramenta importante de planejamento não só para as áreas diretamente ligadas à gestão de RH como a outros setores.

3) Treinamento e capacitação

a) Treinamento

O Serviço de Seleção, Treinamento e Capacitação realizou diversos cursos, palestras, simpósios e outros programas, tendo promovido, nos últimos 4 anos, cerca de 3.700 participações de servidores em diversos cursos, entre efetivos e ocupantes de cargo em comissão.

É realizado anualmente um levantamento de necessidade de treinamento junto às unidades administrativas e, com base neste levantamento, prepara-se o planejamento para o próximo exercício.

Os cursos oferecidos podem ou não ter custos, e nos últimos anos temos tido a oportunidade de oferecer mais treinamentos sem custos, por havermos formado um número grande de monitores e multiplicadores de informação.

b) Telecurso

O projeto de Telecurso 1º Grau foi desenvolvido em parceria com a Fundação Roberto Marinho e a Fiesp, e viabilizado graças à colaboração de um grande número de funcionários com formações diversas, que participaram como monitores em sala de aula.

O projeto foi um sucesso, apesar do pequeno número de servidores que não possuem o nível fundamental completo. Dos 20 inscritos inicialmente, sendo alguns servidores ocupantes de cargo em comissão que se desligaram do quadro, os 12 servidores efetivos que permaneceram no curso eliminaram todas as matérias, estando aptos a prosseguir os estudos de nível médio.

c) Administração do Programa Frente de Trabalho

A Assembléia, através de convênio celebrado com a Secretaria Estadual do Emprego e das Relações de Trabalho, gera bolsistas do Programa de Frentes de Trabalho que atuam na Casa em diversas áreas relativas à manutenção e serviços gerais. O programa, dirigido para as pessoas com mais de 12 (doze) meses de desemprego, tem como finalidade ampliar as possibilidades desses cidadãos de retornarem ao mercado, por meio de uma ocupação produtiva. Os participantes fazem jus a uma bolsa-auxílio, cesta básica, seguro de vida e acidentes, além de, obrigatoriamente, participarem de um programa de qualificação profissional. A seleção dos inscritos toma por base critérios de maior necessidade e responsabilidades familiares. O Serviço de Seleção, Treinamento e Capacitação gerencia os 54 bolsistas, controlando frequência, licenças, distribuição de passes, cestas básicas e uniformes. Desde seu início, em janeiro de 2002, já passaram pelo programa 96 trabalhadores.

d) Acompanhamento dos estagiários de nível superior

Além da seleção inicial dos estagiários de nível superior que trabalham na Procuradoria e Dido, é realizado o acompanhamento constante do desenvolvimento dos mesmos, inclusive com processo de avaliação. Nas avaliações realizadas, os estagiários unanimemente declararam que a experiência foi bastante positiva, na medida em que propiciou um maior conhecimento de sua atividade, facilitando a interação com o público e com os colegas de trabalho.

Foram selecionados, através de prova elaborada por comissão de Procuradores, 4 estagiários que ainda se encontram desenvolvendo suas atividades na Procuradoria.

Para o Departamento de Informática foram selecionados, através de análise de histórico escolar, 6 estagiários, dos quais apenas um permanece atualmente exercendo suas funções.

Os estudantes recebem a título de bolsa-auxílio a importância correspondente a R\$ 5,00 (cinco reais) por hora.

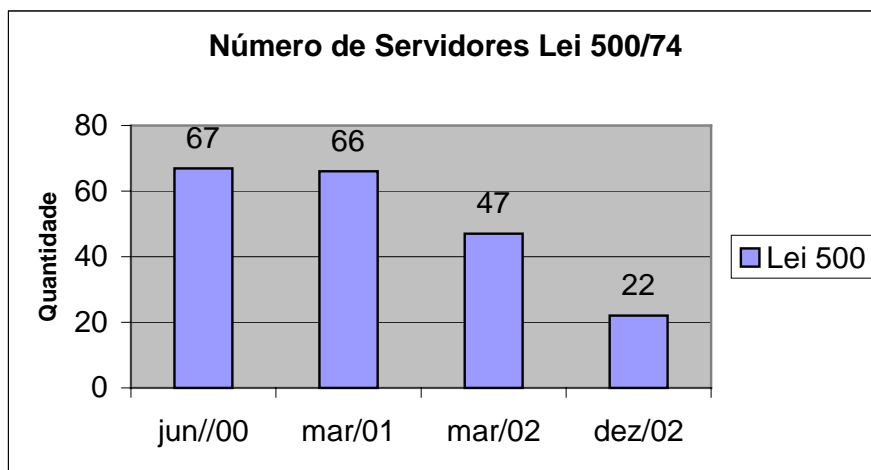
e) Acompanhamento dos estagiários de nível médio

Além dos estagiários de nível superior, também é dado acompanhamento aos 25 estagiários de nível médio, ligados à Divisão de Comunicação Social, que trabalham na recepção, fornecendo informações e acompanhamento ao público em geral. Foram selecionados através de processo seletivo de análise de histórico escolar. Foi feita também por eles uma avaliação bastante positiva da experiência, evidenciando a importância das atividades para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Já passaram pelo estágio 32 estudantes. Os estudantes recebem a título de bolsa-auxílio, a importância correspondente a R\$ 3,00 (três reais) por hora.

f) Concursos

Foram realizados concursos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, para o preenchimento de diversas vagas de nível básico, médio e superior, em substituição aos servidores anteriormente contratados através da Lei 500/74, ou seja, por prazo determinado, em caráter temporário, para o desempenho de funções atividades, mediante contrato bilateral, em diversas área da Administração da Casa. Inicialmente restritos aos serviços gráficos e de engenharia, houve, com o passar dos anos, um incremento nessas admissões, com esses servidores atuando nas mais variadas

unidades administrativas, como comissões, creche, finanças e recursos humanos. A atual Mesa Diretora realizou concurso para provimento dos cargos efetivos vagos, o que resultou na diminuição acentuada dos servidores admitidos com base naquela legislação, que se restringem, hoje, a poucas áreas de atuação, por absoluta ausência de cargos correspondentes.



4) Outras ações

a) Financiamento para os servidores

Reivindicado pelas entidades representativas dos servidores, foi firmado convênio com a Nossa Caixa-Nosso Banco garantindo linhas de crédito para os servidores da Assembléia por meio do programa Banco do Funcionário Público.

b) Institutos de Mobilidade Funcional

Visando tornar possível a aplicação dos Institutos de Mobilidade previstos na Resolução 776/96, foi realizado o seminário “Avaliação

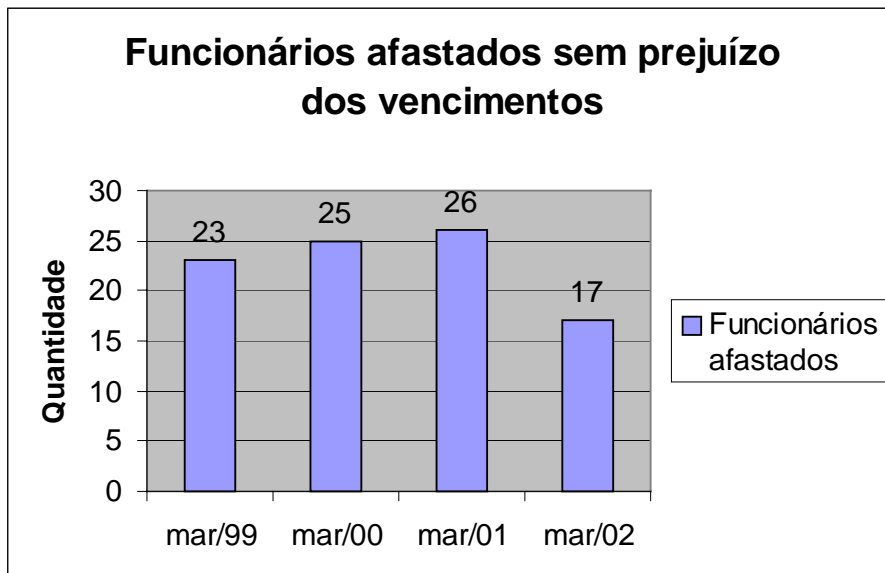
de Desempenho e Qualidade no Serviço Público: Desafios e Propostas” com a participação de técnicos e servidores. O principal resultado do evento foi a elaboração de um novo formulário de avaliação e a elaboração de um curso para formação de avaliadores destinado aos diretores, que contou com a presença da quase totalidade dos mesmos.

c) Creche

A creche da Assembléia passou por modificações no sentido da melhor utilização dos recursos ali aplicados e maior democratização do acesso, estendendo o atendimento aos filhos de pais funcionários. Também foram realizadas reformas para readequação da cozinha, do lactário, dos sanitários, dos trocadores, das salas de aula e da sala da administração.

d) Afastamentos

Fruto da preocupação constante de reduzir custos, a atual Mesa Diretora fixou os novos critérios que devem nortear as autorizações de pedidos de afastamento de servidor do quadro de funcionários efetivos da Assembléia para outros órgãos públicos, sem prejuízo de vencimentos. Somente poderão ser afastados servidores para o exercício de funções junto ao Poder Executivo estadual, Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Prefeitura do Município de São Paulo.





O Departamento de Serviços Gerais, através do Grupo de Trabalho de Engenharia, realizou diversas obras na Assembléia com o objetivo de tornar mais racional a utilização do seu espaço físico, mais salubres e adequadas as instalações existentes, tornando o prédio mais seguro, esteticamente agradável e funcionalmente eficiente, promovendo intervenções que buscaram, sobretudo, a recuperação das áreas deterioradas, o que resultou na melhoria das condições de trabalho dos funcionários, no aprimoramento dos serviços prestados à comunidade, maior transparência das ações do Poder Legislativo e sensível economia dos recursos públicos.

Em muitos casos, alterações significativas foram realizadas. Como exemplo, podemos citar as reformas estruturais efetivadas nas instalações da TV Assembléia. Em outros, o espaço foi totalmente reformulado, com a retirada de equipamentos fora de uso, o que possibilitou o reaproveitamento de áreas, como a destinada à Sala de Imprensa, hoje totalmente remodelada.

Imperioso destacar o grande esforço realizado no sentido de tornar o prédio mais seguro, através da remoção de diversas instalações que colocavam em risco a integridade física dos servidores desta Casa e dos cidadãos que acompanham os trabalhos do Poder Legislativo.

I. REFORMAS

As principais reformas realizadas no prédio da Assembléia foram:

1) Criação e ampliação do Estúdio de gravação da TV Assembléia

A criação e instalação do estúdio de gravação da TV Assembléia constituiu importante instrumento para a transparência das ações do Poder Legislativo. Sua posterior ampliação possibilitou a melhoria das condições técnicas de operações dos equipamentos, oferecendo condições mais adequadas para o funcionamento da TV, dando maior flexibilidade na elaboração de sua grade de programação, o que resultou na melhoria da qualidade do trabalho apresentado.

Entre as necessidades específicas atendidas é importante destacar: tratamento acústico especial em paredes e teto, colocação de piso acústico vinílico, ar condicionado e climatização central, espaço exclusivo para os switchers, redimensionamento do potencial de luzes de cenário, troca do forro de gesso existente por forro de gesso acartonado, com revestimento vinílico na face aparente, além de adequação dos circuitos de alimentação de energia elétrica, uma vez que houve ampliação da carga consumida.

2) Reforma dos banheiros públicos e dos gabinetes parlamentares

A implantação do Programa de Uso e Racionalização da Água – PURA, fruto de parceria com a SABESP, possibilitou uma economia

de aproximadamente 60% do consumo, o que representa em valores absolutos algo em torno de 01 milhão de reais, no biênio 2001/2002.

O programa tem por objetivo avaliar os potenciais do consumo de água disponibilizada na unidade da Assembléia, através do monitoramento mensal, que pode ser realizado da forma convencional, através da leitura direta dos hidrômetros ou automática, pelo sistema hidro-BUS. A partir do levantamento desses dados busca-se promover a redução das perdas e a racionalização do uso, com a conseqüente diminuição do consumo.

Foram instalados equipamentos com temporização, como torneiras com bica longa cromada, com fechamento automático - ciclo de 06 segundos - e válvulas de descarga programadas para liberar apenas seis litros de água por acionamento.

Numa primeira intervenção, 80 banheiros foram reformados, totalizando 40 (quarenta) gabinetes, substituindo-se as redes hidráulicas de ferro fundido e galvanizado, remanescentes da construção do edifício, por tubulações de PVC. Também foram revistas as instalações elétricas, procedida a troca de metais e louças sanitárias e a colocação de novos revestimentos cerâmicos em pisos e paredes.

Dando continuidade à implantação do PURA, numa segunda interferência, 09 (nove) banheiros públicos e mais 108 (cento e oito) banheiros pertencentes aos gabinetes parlamentares foram adaptados, seguindo os padrões estabelecidos pela SABESP nas trocas de metais e louças sanitárias. As instalações elétricas também foram objeto de revisão e efetuada a troca dos revestimentos dos pisos e paredes danificados.

3) Reforma e modernização dos Plenários José Bonifácio, Tiradentes e D. Pedro I e do Auditório Teotônio Vilela

a) Reforma e modernização dos Plenários

Importantes instrumentos de interação do Poder Legislativo com a sociedade civil, os plenários sofreram intervenções que permitiram um maior conforto ao público e a melhoria das condições técnicas existentes. Suas instalações foram reformadas e modernizadas, com novo mobiliário ergonômico, implantações de sistema de sonorização e multimídia (projektor de vídeo, tela retrátil, retroprojektor, TV e datashow), tratamento acústico, iluminação de ambiente e cênica para gravação de programas da TV Assembléia, reforma dos banheiros, substituição de pisos (laminado de madeira e madeira), tratamentos estéticos (forro, alumínio e mármore), e, principalmente, adequação às normas de acessibilidade, com a instalação de rampas que permitem o acesso de portadores de deficiência física à Mesa dos palestrantes, inexistentes até então. A preocupação com a segurança motivou a implantação de saídas de emergência, como rota de fuga, que interligam os plenários José Bonifácio, Tiradentes e D. Pedro I.

b) Reforma do Auditório Teotônio Vilela

A fim de propiciar maior conforto ao público, permitir o adequado funcionamento da TV Assembléia e oferecer condições técnicas que assegurem o bom desempenho das atividades legislativas, o Auditório Teotônio Vilela sofreu as seguintes melhorias: reforma e revisão de todas as cadeiras; nivelamento do piso do palco; instalação de antecâmara acústica nas portas de acesso; implantação de painéis acústicos deslizantes nas janelas e da nova cabine de som anexa ao auditório; substituição do revestimento acústico das paredes; nova

iluminação de ambiente e cênica para gravação de programas da TV Assembléia, inclusive programas de auditório; adequação de cabeamento de TV; novo sistema de sonorização e multimídia e reforma das portas de madeira.

4) Restauro do Parlatório

A revitalização do Parlatório constituiu uma iniciativa de cunho eminentemente conceitual, na medida em que se buscou resgatar o contexto histórico e político da época de sua instalação, retratados nas fotos ali expostas. O brasão do nosso Estado, nele fixado, também configura-se medida de inquestionável simbolismo. No aspecto físico, propriamente dito, sua restauração levou em consideração questões de segurança, ao criar uma nova rota de fuga do subsolo para a área externa (que se encontrava bloqueada por mobiliários e materiais sucateados). Melhorias estéticas e técnicas foram implantadas, como a troca do revestimento externo, revisão do piso de mármore e granito, novos circuitos de iluminação, com a instalação de iluminação cênica, própria para o mesmo. Com isso, tornou-se possível a sua utilização permanente, criando mais uma tribuna para o exercício da democracia participativa, enquanto espaço aberto para as manifestações das entidades representativas da sociedade civil.

5) Criação do “Pátio das Cidades”

Fruto de parceria realizada com o SINDIPEDRAS, que doou à Assembléia projeto desenvolvido pela Barbieri & Gorski Arquitetos Associados, a criação do “Pátio das Cidades” configura-se mais uma iniciativa da Mesa Diretora de otimizar os espaços físicos

subutilizados, dentro de uma visão global que abrange aspectos conceituais, culturais, econômicos e também estéticos. O espaço passou a contar com bancos em alvenaria, decks de madeira removíveis, iluminação especial, fonte com revestimento em pedra natural e azulejos, espelhos d'água, grelhas de alumínio pergolado atirantado em vigas de concreto armado e cobertas com vidro aramado, iluminação cênica e aquática, escada helicoidal metálica para acesso ao 1º andar, além de plantio de arbustos, forrações vegetais e árvores de alto porte. A iniciativa transcendeu sua concepção inicial de puro resgate do espaço físico de área do Parlamento, ao consolidar um novo modelo de atuação administrativa, voltado para as parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, no qual a consecução de ações conjuntamente permitiu a recuperação e valorização do patrimônio público, pertencente à comunidade paulista.

ASPECTO CONCEITUAL

O Pátio das Cidades apresenta um caráter simbólico, que ressalta o sentido de representatividade da Assembléia Legislativa e alguns dos elementos que fizeram e fazem parte da economia agrícola do Estado.

No pilar da escada projetada para conectá-lo ao prédio estão nomeadas as 645 cidades que compõem o Estado de São Paulo, cujos representantes atuam na Assembléia Legislativa.

Na entrada do corredor de circulação que dá acesso aos dois segmentos que integram o espaço estão transpostos pórticos de transição, formados por 2 cilindros transparentes, que contêm os

elementos que fazem menção aos produtos agrícolas significativos da agricultura paulista – açúcar, café, algodão e soja.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Sendo o pátio um canteiro de infraestrutura onde passam diversas tubulações e caixas de inspeção, resolveu-se adotar um piso removível para facilitar a manutenção, composto por módulos de deques de ipê.

As árvores existentes e alguns arbustos significativos foram preservados e acrescentadas outras espécies que se desenvolvem e florescem a meia sombra.

6) Recuperação dos “brise soleil” (colméias) internos e externos das fachadas da ASSEMBLÉIA

Devido à ação do tempo, as três primeiras seqüências de baixo para cima dos “brises” tiveram sua estrutura interna, em aço, totalmente corroída pela umidade, o que ocasionou o descolamento de uma parte das chapas de alumínio que revestiam a estrutura.

As estruturas internas de aço foram substituídas e fixadas na estrutura de aço restante. Para tanto, usou-se aço do tipo “cortain”, devidamente tratado com revestimento anticorrosivo. Também as chapas de alumínio existentes foram retiradas e tratadas, passando por um novo processo de galvanização, garantindo, assim, a originalidade da estrutura existente.

Desconsiderando-se o aspecto estético da realização, uma vez que a corrosão e o deslocamento das chapas de alumínio suscitavam a idéia de uma má conservação do espaço público, a iniciativa teve

como fulcro questões de segurança, visto que a estrutura danificada poderia ruir, ocasionando danos de proporções imprevisíveis.

7) Impermeabilizações

a) Impermeabilização da laje da cobertura do Palácio 9 de Julho

O projeto arquitetônico do prédio da Assembléia, de autoria dos arquitetos Adolpho Rubio Morales, Rubens Carneiro Viana e Ricardo Sievers, vencedor do concurso realizado em 1961, entre 46 participantes, foi concebido de forma a não permitir a visualização externa do telhado. Em razão disso, apenas uma laje de concreto foi construída, o que, inicialmente, mostrou-se tecnicamente viável. No entanto, com o passar dos anos, as infiltrações surgiram, tornando-se necessárias inúmeras impermeabilizações que, com o tempo, devido ao peso, visto que realizadas sucessivamente sem que se procedesse a retirada das anteriores, passaram a comprometer a estrutura do edifício.

Assim, numa primeira fase, com a finalidade de amenizar os vazamentos mais críticos em alguns setores da ASSEMBLÉIA, mas também levando-se em conta os aspectos de segurança, foram retiradas as camadas de argamassa de concreto executadas ao longo dos anos, com a colocação de uma nova, sobre a qual foi implantada uma manta impermeabilizante e outra de proteção mecânica, `a base de isopor e argamassa. Os recursos necessários para a execução de novas intervenções constam do orçamento para o exercício de 2003.

b) Impermeabilização da laje da garagem

Devido a infiltrações, o teto da garagem apresentava inúmeras goteiras, tornando-se um espaço pouco salubre na época das chuvas. A impermeabilização da laje de cobertura assegurou a melhoria das condições de trabalho, evitando-se danos irreparáveis aos servidores, em especial se considerarmos os riscos a que estariam expostos se a água atingisse a rede elétrica. Aproveitando a intervenção física que se fez necessária, um novo projeto paisagístico encontra-se em fase de implantação no espaço sobre a garagem, que abrigará uma praça pública, para onde serão deslocados os sistemas bancários de auto-atendimento – 24 horas. O projeto prevê, ainda, a instalação de esculturas artísticas, a colocação de piso em concreto estampado, reforma e restauro das luminárias existentes, iluminação cênica, inclusive das esculturas, revisão das instalações elétricas e hidráulicas e a recuperação da rampa de acesso.

c) Impermeabilização da laje da gráfica

Também a laje de cobertura da gráfica apresentava problemas de infiltração, tornando-se necessária sua impermeabilização, de forma a garantir condições mais adequadas ao prédio.

d) Impermeabilização da laje da creche

A importância dessa obra prescinde maiores esclarecimentos, visto que o espaço abriga crianças e recém-nascidos inclusive, sendo a intervenção medida prioritária e imperiosa para qualquer agente público cômico de suas responsabilidades.

8) Criação do Espaço de Convivência e a readequação do espaço físico do subsolo

Após rigoroso estudo, que contou com a efetiva participação dos profissionais que integram a medicina e segurança do trabalho, concluiu-se pela necessidade de se assegurar um aproveitamento mais eficiente das salas do subsolo, a fim de garantir a melhoria das condições de trabalhos dos servidores, levando-se em conta as atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas ali instaladas. Novas salas foram destinadas para o setor de correspondência (contemplado com um espaço bem mais amplo e arejado); também a CIPA passou a contar com instalações mais adequadas e, indubitavelmente, grande foi a melhoria da qualidade da prestação de serviço de identificação da Polícia Civil, visto que o espaço a ele destinado demonstrou-se muito mais apropriado para o atendimento da demanda, que se faz crescente. As novas instalações da Polícia Militar, além de ter possibilitado uma maior interação dos membros da Corporação, o que facilita a comunicação interna e, conseqüentemente, torna mais eficaz e ágil a prestação do serviço, permitiu que a atual Mesa Diretora atendesse justas e antigas reivindicações, ao destinar salas exclusivas para o Parlamento Jovem, Cooperativa de Crédito dos Servidores da Assembléia e Ginástica Laboral. No Espaço de Convivência dos Servidores foram afixadas inúmeras fotos, que retratam parte da história do Parlamento. Sua utilização tem se mostrado efetiva, com a realização de inúmeras exposições, lançamentos de livros e festas de confraternização, quase sempre promovidas pela AFALESP.

9) Remodelação da Sala de Imprensa

A Sala de Imprensa, com o passar dos anos, tornou-se um espaço pouco utilizado pelos veículos de comunicação, visto que suas instalações não mais atendiam `as necessidades dos profissionais da área. Com mobiliário incompatível aos fins a ela destinados, equipamentos antigos e pouca estrutura tecnológica, apesar da nobre localização, não mais possuía a estatura merecida e muito pouco do que ali remanescia lembrava sua importância histórica. A amplitude do espaço, quase sempre vazio, exacerbava o incômodo sentido pelo distanciamento havido entre sua concepção inicial, de espaço democrático, dinâmico, livre, imparcial e ético, de respeito `as diferenças, de discussão de idéias, e a realidade atual, quando muitos dos profissionais da área desconhecem sua existência. Em respeito `as suas convicções e princípios, a Mesa Diretora, ciente de que também aquele espaço, uma vez integrante do Poder Legislativo, pertence `a comunidade deste Estado, cabendo a Administração desta Casa zelar por sua preservação física, numa atitude arrojada, determinou sua completa remodelação. Com as demolições realizadas foi possível destinar parte da área para a Divisão de Imprensa e instalar uma sala de reunião, que poderá ser utilizada por qualquer representante da sociedade civil. O mobiliário foi trocado, novos computadores e impressoras colocados `a disposição dos jornalistas, construída uma copa, realizada a revisão das instalações elétricas e a troca do forro de gesso existente por forro de gesso acartonado, em placas removíveis, o que facilita a manutenção periódica das instalações.

10) Reforma da biblioteca e aquisição de equipamentos antifurto

A qualidade e diversidade do acervo pertencente à Assembléia, bem como as inúmeras e positivas iniciativas adotadas visando à melhoria da prestação dos serviços, tais como compra mensal de novos títulos, microfilmagem de documentos, compilação de textos, o brilhante trabalho realizado de consolidação de leis, o desenvolvimento de inúmeros programas que facilitaram a pesquisa, troca do mobiliário, aquisição de equipamentos, entre outras, tiveram como consequência o aumento da demanda. Sem dúvida, a biblioteca da Casa tornou-se importante referência para os demais órgãos públicos.

Assim, as intervenções físicas realizadas em suas instalações, tais como a retirada das divisórias de alumínio e vidro, o levantamento de paredes de gesso acartonado, com tratamento acústico, troca do piso vinílico e instalação de piso elevado na área funcional (o que permitiu uma melhor distribuição das instalações de telefonia, de logística e elétrica), visaram proporcionar maior conforto aos usuários e funcionários daquele setor, propiciando condições mais adequadas de manuseio e utilização de seu acervo. Objetivando incentivar o hábito da leitura, a sala a ela destinada foi totalmente isolada das demais, evitando-se que a movimentação diária e necessária viesse atrapalhar seus frequentadores. O acréscimo da demanda teve como consequência imediata o aumento de casos de furtos de livros, o que motivou a compra de equipamentos antifurto recentemente realizada.

11) Reforma da garagem

Além da impermeabilização e pintura realizada na laje de concreto da cobertura da garagem, também foi efetivada toda a revisão da rede elétrica, que se encontrava bastante deteriorada. A instalação de ar condicionado no alojamento dos agentes de segurança, a criação de uma área, com armário, a ser utilizada como vestiário e a reformulação do espaço destinado aos plantonistas atendeu antiga reivindicação desses servidores, melhorando, sensivelmente, suas condições de trabalho.

12) Reforma da cobertura da marquise da rampa de chegada e saída dos Deputados

Substituição da camada impermeabilizante da marquise da rampa de chegada e saída dos Deputados que, devido à ação do tempo, encontrava-se com infiltrações constantes, causando goteiras em alguns pontos da laje.

13) Remodelação do espaço destinado à barbearia

A ampliação do estúdio da TV Assembléia e a destinação de sala exclusiva para os switchers no local, até então ocupado pela barbearia, motivou sua remodelação, a fim de adaptá-las às reais necessidades da Casa. O novo espaço, embora menor, teve suas instalações modernizadas, com troca de cadeiras, espelhos e armários (todo o novo mobiliário foi doado para a Assembléia pela empresa IKESAKI), gabinetes, pias, piso e do forro de gesso. Perde sua concepção inicial de barbearia, uma vez que, quando de sua instalação, a presença feminina no Parlamento era inexpressiva. A realidade atual demanda sua inserção num conceito mais amplo. Os

serviços ali prestados visam, sobretudo, dar suporte à TV Assembléia, uma vez que no local será procedido o atendimento prévio dos deputados, deputadas e demais participantes, antes das gravações dos programas.

14) Reforma da Creche

A creche da Assembléia passou por sensíveis modificações, no sentido da melhor utilização dos recursos ali aplicados e maior democratização do acesso, estendendo a prestação dos serviços aos filhos de pai funcionário, detentores da guarda do menor. Com o aumento do número de crianças atendidas, tornou-se necessária a readequação do espaço físico, de forma a suportar o atendimento da nova demanda, mantendo-se a qualidade.

A área da cozinha foi ampliada, propiciando melhores condições de trabalho. A obra ainda contou com troca de pisos, pias, melhoria no sistema de ventilação e revisões nas instalações hidráulicas e elétricas. Os vestiários e sanitários dos funcionários foram relocados, e a sala de material de limpeza, o lactário e a sala da nutricionista, devidamente reformados.

15) Reforma do Serviço Médico de Cardiologia

Sempre com vistas na melhoria da qualidade dos serviços prestados, a Mesa Diretora, através dos órgãos técnicos competentes, buscou harmonizar os espaços internos das inúmeras unidades administrativas, objeto de intervenções físicas, às reais necessidades dos serviços, levando-se sempre em conta, quando da elaboração dos projetos, aspectos técnicos que buscavam propiciar a adequada iluminação e ventilação dos ambientes, a melhoria das instalações

telefônicas, hidráulicas e elétricas, assegurando boas condições de trabalho, a fim de que os profissionais pudessem desempenhar suas atribuições de forma eficiente, visto contar com toda a infraestrutura necessária para tanto.

Seguindo essa linha, na área do serviço médico de cardiologia foi executada a substituição de divisórias por paredes de alvenaria, realizada a pintura geral de todo o ambiente, efetivada a troca do piso de todas as salas, facilitando a limpeza, e procedida a revisão das instalações elétricas.

16) Reforma do estacionamento dos Deputados

Foram executados trabalhos de troca de impermeabilização sobre a laje da rampa de carga e descarga localizada no subsolo, sujeita a constantes vazamentos, os quais, muitas vezes, impossibilitaram a entrega de materiais e equipamentos de forma segura. Para a realização da obra foi necessária a remoção do recapeamento asfáltico do estacionamento dos Deputados, o que possibilitou, quando da recolocação, a ampliação de sua área e, conseqüentemente, o acréscimo do número de vagas disponíveis, que foram devidamente remarcadas.

17) Reforma da cozinha do restaurante dos funcionários

Devido às infiltrações existentes na laje do restaurante dos servidores, muitas vezes decorrentes do pouco cuidado no manuseio de alimentos sólidos, ocasionando entupimentos, e, conseqüentemente, dificultando o escoamento da água, e outras vezes, por razões técnicas, multiplicavam-se as goteiras existentes no

4º andar, agravando os riscos de queda e prejudicando, sobremaneira, as condições de trabalho dos procuradores.

Buscando sanar o problema, de forma definitiva, tornou-se necessária a colocação de tampas especiais nas grelhas de escoamento de água, evitando-se, assim, novos entupimentos, e a execução de serviços de impermeabilização da laje. Ademais, toda a parte elétrica e hidráulica foram revistas, realizada a restauração do forro de gesso e procedida a troca do piso, destinando especial atenção às quedas de água, a fim de facilitar seu rápido escoamento pelos ralos.

18) Readequação geral do Prédio

Uma série de ações foram desenvolvidas em todo o prédio ou em áreas significativas, visando tornar o ambiente mais adequado e mais receptivo aos servidores e ao público. Além disso, diversas iniciativas tiveram como motivação questões de segurança, tornando-se necessária a eliminação de barreiras arquitetônicas, que dificultavam o acesso e a permanência de portadores de deficiência no prédio e sua rápida desocupação, em caso de emergência.

- **Medidas destinadas a tornar o prédio mais funcional:**

a) Troca do forro de gesso existente

A retirada de parte do forro de gesso existente e sua substituição por forro de gesso acartonado, removível, em placas de tamanho 60x60, com revestimento vinílico na parte aparente, facilitará a manutenção de instalações embutidas, dispensando a realização de pinturas, sendo necessária somente a limpeza da superfície revestida.

b) Recuperação das portas de madeira

As portas de madeira que dão acesso para corredores da ASSEMBLÉIA tiveram os revestimentos trocados, tratados com verniz e encerados, suas dobradiças, maçanetas e fechaduras foram recuperadas e instalado encamisamento em aço inox, para proteção da parte inferior contra choques mecânicos e umidade.

c) Pintura de corredores e batentes das portas

Visando tornar o ambiente mais acolhedor, os corredores da ASSEMBLÉIA receberam uma nova camada de pintura látex, na cor marfim, e os batentes foram pintados da cor marrom tabaco.

d) Ar condicionado

Aquisição e instalação em diversas salas da Assembléia de novos aparelhos de ar condicionado, num total de 54 aparelhos em 2001 e 85 aparelhos em 2002, integram as ações voltadas para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e, conseqüentemente, da qualidade da prestação dos serviços à comunidade. Também foram instalados sistemas de ar condicionado tipo split system na central telefônica, evitando-se, assim, danos irreparáveis aos equipamentos recentemente adquiridos, na sala multiuso de treinamento em informática, ambas localizadas no subsolo, e no estúdio de TV. As novas instalações e substituições foram acompanhadas pelo Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho que, após estudo, elaborou a lista de prioridades.

- **Medidas destinadas a ampliar a segurança do prédio**

a) Troca do sistema de abertura das janelas

O sistema original de abertura das janelas do edifício da Assembléia é do tipo pivotante, o que vem ocasionando uma série de acidentes com funcionários, Deputados e cidadãos em visita ao Parlamento, uma vez que o espaço interno que as mesmas necessitam para serem abertas, acaba por prejudicar a passagem pelos corredores e diminui, sensivelmente, a área útil das salas. Após inúmeras reclamações e seguindo as orientações da CIPA e do Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho, optou-se pela substituição do sistema de abertura existente, pelo sistema maximar,

que permite, de forma segura e prática, a abertura das janelas para o lado externo da fachada, proporcionando maior segurança e ampliando, consideravelmente, os espaços dos corredores e salas. A modificação permitirá a instalação de persianas verticais ou horizontais nos ambientes.

b) Implantação de piso antiderrapante nas rampas

As três rampas de acesso (Hall Monumental, Ibirapuera e Exército) à Assembléia contaram com a execução de faixas, com granito flamejado, na área central, atendendo às normas de segurança e especificações do CONTRU (rampas antiderrapantes).

c) Retirada das portas de vidro

A retirada das portas e bandeiras de vidro existentes nos corredores, bem como o fechamento dos buracos de embutimento das molas removidas, com chapas de aço inox, importou no atendimento das normas de segurança. A decisão da Mesa Diretora embasou-se nas manifestações favoráveis do Serviço Técnico de Medicina e Segurança de Trabalho, da CIPA e da Polícia Militar que, devidamente consultados, apresentaram laudos técnicos conclusivos pela remoção, devido aos inúmeros acidentes ocorridos, especialmente com portadores de deficiência visual.

d) Recuperação das tomadas de piso e parede e interruptores

Mais de 600 tomadas, de piso e parede, e interruptores foram substituídos, após prévia recuperação das caixas de passagem, substituição da cabeção comprometida, troca de disjuntores e

colocação de espelhos, o que importou na recuperação de mais de 70% do total desses equipamentos.

e) Revisão do sistema de pára-raios

A reforma do sistema de proteção do prédio contra descargas atmosféricas, com a reconstrução da “Gaiola de Faraday”, troca de cabeamento danificado e recuperação do aterramento, se fazia premente. Após a conclusão das obras de revisão do sistema, foram realizados todos os testes necessários, com a obtenção dos resultados desejados.

f) Readequação do circuito elétrico de emergência

A rede de emergência da Casa funcionava precariamente, não atingindo seus fins. O circuito, que fornece energia elétrica produzida por geradores a diesel, propiciando, em caso de falha do fornecimento de energia elétrica, o suprimento necessário que assegura a não interrupção de parte da iluminação existente e possibilita o funcionamento dos elevadores, foi totalmente remodelado. A iniciativa atende antiga reivindicação da CIPA e do Serviço Técnico de Medicina e Segurança do Trabalho, responsáveis pela observância, pelos órgãos diretivos da Casa, das normas de segurança.

g) Colocação de guarda-quadros de madeira nas subcentrais de telefonia e elétrica

A implantação de guarda-quadros de madeira que asseguram o fechamento das subcentrais metálicas de telefonia, TV a cabo e instalações elétricas fixadas nos corredores, transcende o aspecto

estético, na medida em que constitui iniciativa de fundamental importância, por seu caráter preventivo, visto que coíbe o manuseamento dos fios, por pessoas que não possuem o necessário conhecimento técnico das instalações, evitando-se possíveis acidentes decorrentes de descarga elétrica e danos aos equipamentos voluntariamente causados.

h) Criação da Brigada de Incêndio

Setenta funcionários da Assembléia foram treinados para enfrentar incêndios. Eles formam a Brigada de Incêndio, distribuída nos vários andares do prédio. Criada em 2001, a Brigada recebeu treinamento para primeiros socorros e combate ao fogo. Nos primeiros socorros, o aprendizado é para atendimento a queimados e ressuscitação cardiorrespiratória, entre outras emergências. No combate ao fogo, aprende-se a detectar situações potenciais, prevení-la, promover a evacuação organizada e, principalmente, como apagar o foco de incêndio com diferentes tipos de extintores. A brigada também elaborou um plano de emergência já aprovado pela Mesa.

i) Retirada dos fogões a gás

Dando cumprimento à legislação pertinente à matéria a Assembléia efetivou a compra de fogões elétricos em substituição aos fogões a gás.

19) Novas edificações

A construção de novos prédios destinados à instalação do Instituto do Legislativo Paulista, do Programa “Acessa São Paulo” e de um Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT, demonstra a

importância e a prioridade das propostas e conceitos que eles representam.

a) Construção da sede do Instituto do Legislativo Paulista –ILP

Criado pela Resolução 821, de 14/12/01, o Instituto do Legislativo Paulista funcionará como centro de estudos, capacitação e políticas públicas do Poder Legislativo Paulista. Tem por finalidade estudar, pesquisar e dar subsídios para os trabalhos parlamentares e ações legislativas na área de políticas públicas, propiciar a capacitação e o aprimoramento profissional de seus servidores e buscar a integração da sociedade com o Poder Legislativo.

Sua sede, cuja primeira fase encontra-se em fase de conclusão, consiste em uma edificação térrea, anexa ao Palácio 9 de Julho, composta por sala de aula multiuso, dotada de equipamento de multimídia, com capacidade para 50 pessoas, sala de trabalho para os funcionários e diretoria do ILP, recepção, banheiros, copa e sala de apoio, além de um jardim na cobertura. Numa segunda fase, serão implantados os sistemas de sonorização e ar condicionado, bem como finalizados os serviços de acabamento.

b) Implantação de área para o Programa “Acessa São Paulo” e Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT

Acessa São Paulo

Basicamente 03 são os fatores que determinam a exclusão digital: renda, educação e posição geográfica. A causa mais aparente recai sobre os custos dos equipamentos, da linha telefônica e dos serviços. Na Região Metropolitana de São Paulo, segundo as

pesquisas disponíveis, 87% das pessoas da classe A possuem computadores contra apenas 11% das classes D e E. Dos 15% que acessam a internet, 85% são da classe A e somente 2% da classe D e E. A universalização das tecnologias de informação torna-se, portanto, uma questão estratégica, tanto para o desenvolvimento econômico, quanto para o desenvolvimento humano da população. O programa busca, sobretudo, acelerar o processo de inclusão digital, por meio de centrais classificadas de Infocentros, que permitem o acesso gratuito a rede. Atualmente, existem 55 Infocentros na capital, 12 no interior e 02 postos colocados em locais de grande fluxo de população. O convênio assinado permitirá a instalação de um novo Infocentro na sede do Poder Legislativo.

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT's, programa desenvolvido pela Secretaria Estadual de Relações do Trabalho, são centros de prestação de serviços de trabalho e renda, e funcionam como agências de emprego. Presentes na capital e no interior, são, em sua grande maioria, informatizados e prestam serviços públicos relacionados à questão do emprego e do trabalho. Dentro de cada posto estão disponíveis os seguintes serviços públicos: a) intermediação de mão-de-obra, destacando o cadastro de candidatos procurando emprego; b) captação de vagas junto às empresas; c) encaminhamento dos candidatos aos processos de seleção nas empresas; d) requerimento do seguro-desemprego; e) emissão de carteira de trabalho; e) orientação trabalhista; f) informações sobre os programas desenvolvidos pela SERT.

Área a eles destinada

Foi implementada a adequação de uma área aproximada de 240 m² para implantação do Posto de Atendimento ao Trabalhador e do Programa “Acessa São Paulo”. Coube ao Poder Legislativo proceder as adaptações do espaço físico, como a colocação de piso vinílico, instalações elétricas e hidráulicas, forro de gesso acartonado, portas e janelas de vidro, acesso externo para público, incluindo escada e rampa, paisagismo e sanitários. O Governo do Estado arcará com os custos da implantação, propriamente dita, sendo responsável pela colocação do mobiliário, instalação dos equipamentos e cessão de pessoal.

20) Melhoria do sistema de telefonia

A digitalização do tronco-chave do sistema de telefonia da Assembléia tornou as ligações mais rápidas, nítidas e com alto grau de segurança, pois foram eliminados os ruídos, os freqüentes cruzamentos de linhas e a possibilidade de escuta telefônica. O aumento do número de ramais possibilitou o atendimento de toda a demanda.

21) Padronização da sinalização interna do prédio

Devido ao grande aumento de público, a iniciativa buscou facilitar o deslocamento pela Casa.



Neste último biênio, contando com o apoio da Mesa Diretora e com funcionários extremamente qualificados, o Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional conseguiu atingir seus principais objetivos, tais como: a) modernização do parque de microcomputadores; b) desenvolvimento de importantes sistemas para a área administrativa e parlamentar, permitindo uma maior interação entre os cidadãos e o Poder Legislativo; c) formalização e operacionalização de convênios que resultaram em benefícios como redução dos custos e aperfeiçoamento técnico; d) crescimento de seu quadro de funcionários, com profissionais especializados e altamente capacitados, contratados através de concurso público, o que permitiu incorporação de novos compromissos e o desenvolvimento de projetos mais complexos em menor tempo.

Seu maior feito foi assumir a responsabilidade do desenvolvimento de um novo sistema para o processo legislativo, o SPL, o mais importante da Casa, que trata da tramitação das proposituras legislativas. Esse novo sistema utiliza ferramentas técnicas de gerenciamento de projeto de última geração e trará como benefícios, além de grande redução de custos: a) maior domínio tecnológico para a equipe do departamento; b) maior produtividade e qualidade de trabalho para a área parlamentar; c) maior interação entre o deputado e o cidadão; d) maior transparência ao Poder Legislativo.

Além disso, o DIDO contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento de técnicas mais modernas nas diversas áreas da Casa, ofereceu uma interface de comunicação mais eficiente com o público e promoveu o aprimoramento constante da sua área de atuação.

Para isso, fomentou o fluxo de informações tanto interna como externamente, tornando-o mais ágil, mais fácil de ser operado e, ao mesmo tempo, o mais barato possível, sendo fiel ao parâmetro geral definido pela Mesa Diretora de reduzir os custos. Assim, foi realizado um grande esforço no sentido de adequar as necessidades de expansão às disponibilidades orçamentárias, em muitos casos com expressivas reduções de custo, dos quais a assinatura do convênio Intragov é um dos casos mais significativos.

Também merece destaque o acompanhamento, com ajustes e avaliações permanentes, do Plano Diretor de Informática. Além disso, um novo Plano Diretor de Informática, que irá determinar as linhas estratégicas da evolução da área, encontra-se em fase de desenvolvimento.

I. MEDIDAS DESTINADAS A AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR

1) LDO e Orçamento na Internet:

Através de interação e cooperação com a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado criou-se a possibilidade de, com a própria equipe do departamento, permitir à sociedade, por meio da Internet, não só consultar os projetos e emendas apresentadas à LDO

– Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento, mas também apresentar sugestões aos parlamentares. Esse sistema integrou todas as etapas do processo de discussão e proposição de emendas, agilizando também o trabalho da área parlamentar. Com esse método, assim que a sugestão é enviada, ela é imediatamente notificada ao deputado e recebida pelo mesmo sistema no qual o parlamentar prepara as suas emendas à LDO ou ao Orçamento.

2) Aprimoramento permanente do portal na Internet

A equipe de desenvolvedores e webmasters da Divisão de Desenvolvimento Organizacional realizou um aperfeiçoamento constante das páginas da Assembléia na Internet, buscando um visual mais moderno e uma maior disponibilização de informações, através de um acesso mais fácil e rápido.

II. MEDIDAS DESTINADAS A APRIMORAR O TRABALHO SETORIAL

Um segundo conjunto de medidas atende a outra das grandes metas estabelecidas pela Mesa Diretora, através da utilização dos recursos tecnológicos para o aprimoramento e otimização das funções tanto administrativas quanto parlamentares, gerando economia, melhor utilização de pessoal, maior facilidade de acesso às informações e a necessária velocidade de circulação das informações geradas por todas as áreas da casa.

1) Infobases

A Divisão de Desenvolvimento Organizacional desenvolveu 62 infobases, disponibilizadas através do programa de pesquisa textual

Folio tanto ao público interno quanto externo, pela Internet. Essas bases garantem a agilidade da consulta em diversas áreas e a transparência das informações. As principais Infobases são:

- **Legislação de Pessoal**

Essas 5 infobases reúnem diversas leis, com as respectivas jurisprudências e atualizações, sendo uma importante fonte de informações e consulta não só para diversos setores da Assembléia quanto.

- * **Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo**

- * **Lei 500/1974**

- * **Lei Complementar 180/1978**

- * **Legislação de Pessoal**

Reunindo Atos, Decisões e Pareceres relativos aos servidores da Assembléia, mantido pela Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

- * **Resolução 776/1996**

- **Plenário e Comissões**

Essas bases reúnem diversas informações sobre a atividade parlamentar.

- * **Código de Ética e Decoro Parlamentar**

- * **Comissões**

Reúne as Atas das reuniões das Comissões, Atos da Presidência e Estudos para a elaboração de proposições.

- **Ementário das Sessões**

Resumo das Sessões de Plenário

- * **Íntegra das Sessões**

- * **Lei Complementar 863/1999**

Contém as diretrizes para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

- * **Regimento Interno**

Inclui Consolidação com todas as resoluções referentes ao tema.

- **LDO**

- * **PI 267/2002 – LDO para 2003**

Contendo emendas apresentadas, anexos e pareceres.

- * **PI 230/2001 – LDO para 2002**

Contendo emendas apresentadas, anexos, pareceres e votos em separado.

- **Orçamento**

- * **PL 614/2002 – Orçamento para 2003**

Contendo Mensagem, projeto de lei, Quadros Consolidados, emendas apresentadas e anexos.

*** PL 622/2001 – Orçamento para 2002**

Contendo Emendas, Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas, Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e da Comissão de Redação.

- **Normas e Procedimentos**

Essas infobases organizam informações referentes ao funcionamento interno de diversos aspectos da Assembléia.

*** Atos que regulamentam a cessão de espaço público na Assembléia**

Contendo os atos da Mesa 42/2001 e 61/2002, este último referente à utilização de espaço durante o período eleitoral, bem como outras alterações posteriores.

*** Ato regulamentando programa do SPL**

Contendo o ato da Mesa 2/2001, que regulamenta a utilização do programa que permite a inclusão de proposições ao SPL – Sistema de Protocolo Legislativo.

*** Gabinete Parlamentar**

Elaborado pela SGA – Secretaria Geral de Administração, contém informações sobre os serviços oferecidos pela Assembléia aos Gabinetes dos parlamentares.

*** Guia de Serviços Internos**

Elaborado pelo Núcleo da Qualidade, reúne informações sobre os diversos serviços internos prestados pela Assembléia e os

procedimentos necessários para solicitá-los a cada repartição específica.

*** Manual de Redação Administrativa**

Elaborado pela Secretaria Geral de Administração, contém informações sobre como redigir todos os tipos de documentos administrativos. Com inúmeras orientações complementares.

*** Manual de Redação Parlamentar**

Elaborado pela Secretaria Geral Parlamentar, contém as normas para a elaboração das diversas proposições administrativas e outros documentos referentes ao processo legislativo.

*** Manual da Qualidade**

Elaborado pelo Núcleo da Qualidade, contém as definições, políticas e objetivos para o programa de Qualidade da Assembléia

*** Pareceres da Procuradoria**

Reúne pareceres elaborados pela Procuradoria da Alesp sobre assuntos diversos.

- **Legislação estadual**

*** Ações Diretas de Inconstitucionalidade**

Reúne relatório das Adins relativas a normas editadas pelo Estado de São Paulo, organizado pela Procuradoria da Alesp.

*** Código de Saúde**

Reúne o Código de Saúde do Estado e informações legais correlatas, elaborado pelo Departamento de Comissões.

*** Constituição Estadual**

Existem 3 infobases relacionadas à Constituição Estadual: uma com o texto constitucional na íntegra, com as emendas consolidadas no texto; outra Anotada, com as emendas, referências a normas constitucionais federais, Regimento da Assembléia, leis federais e estaduais e Adins, e a terceira infobase estabelece um quadro comparativo das Constituições de 1947 a 1967. A primeira infobase é atualizada pelo Departamento Parlamentar e as outras duas pelo Departamento de Documentação e Informação.

*** Legislação de São Paulo**

Reunindo toda a legislação desde 1947, atualizada diariamente pelo DDI, a partir de sistema desenvolvido para este fim pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional.

- **Legislação federal**

Três infobases reúnem dados relativos à Legislação Federal, uma delas com a Constituição federal na íntegra, com as Emendas consolidadas no texto, uma outra disponibiliza o Código de Defesa do Consumidor e informações correlatas, e uma terceira tem a Lei das Licitações (8666/1993) e legislação complementar.

2) Sistemas diversos

Foram desenvolvidos, no biênio, 20 sistemas que visam automatizar várias funções das mais diversas áreas da Assembléia,

gerando mais agilidade, mais eficiência e mais transparência a muitos aspectos da ação parlamentar e administrativa, contribuindo para o esforço conjunto de modernização e otimização das rotinas de trabalho.

Dentre os sistemas implantados alguns que se destacam pelos extraordinários ganhos de eficiência que geraram são:

- **Df_con – Controle de Contratos**
- **Or – Emendas ao orçamento do Estado**
- **Planilha de férias**
- **Saeg**
- **Sistema de denúncias e sugestões por telefone**
- **DF – Movimentação das fichas de empenho**
- **CA – Controle de acesso aos sistemas**
- **Resumo do ementário para Internet**
- **Diversos sistemas administrativos internos**

Foram também desenvolvidos diversos sistemas para controle de outras áreas internas, agilizando o funcionamento da Assembléia.

3) SPL

O SPL – Sistema de Protocolo Legislativo é uma das principais peças do processo de informatização da Assembléia, pois garante a

circulação das informações relativas à tramitação das proposições pela Casa, desde a sua apresentação até a votação pelo Plenário. A preocupação com o duplo objetivo de reduzir custos de manutenção de sistemas, mas manter o domínio tecnológico através da adoção de uma plataforma única de desenvolvimento, tem levado o Departamento a trabalhar numa proposta de migração do SPL para outra plataforma. Uma equipe do departamento já iniciou esse processo de migração que reduzirá os custos e ampliará a eficiência de forma significativa. Sua conclusão importará na redução de R\$150.000,00 com manutenção anual de software. Também eliminará os gastos com o suporte do sistema, hoje em torno de R\$ 200.000,00, já que sua manutenção será feita por equipe própria da Assembléia.

4) Aplicações para Web

Foram elaboradas, pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional, diversas aplicações para Web destinadas a facilitar a atualização e consulta à Internet por cada Unidade Administrativa. Destacam-se entre essas aplicações:

a) AH – Acervo Histórico

Esse sistema realiza a consulta e manutenção de todos os documentos disponíveis da época imperial e é utilizado pela Divisão de Acervo Histórico.

b) AN – Agência de Notícias

Esse sistema faz a consulta e manutenção das notícias publicadas pela imprensa da Assembléia. É utilizado pela Divisão de Imprensa.

c) CTL – Coletânea Temática de Leis

Esse sistema organiza a consulta e faz a manutenção das leis por assunto e é utilizado pela Divisão de Pesquisa Jurídica.

d) CL – Classificados

Utilizado por todos os servidores na Intranet, permite a consulta e manutenção de anúncios de interesse dos funcionários.

e) DFAT - Atas

Consulta e manutenção de anúncios de atas, utilizado pelo Serviço de Compras.

f) PJ – Parlamento Jovem

Consulta e manutenção de dados dos alunos e escolas que participam do programa, utilizado pela Secretaria Geral Parlamentar.

g) PL – Publicações

Esse sistema permite a consulta a dados das revistas técnicas disponíveis na biblioteca e é utilizado pela Divisão de Biblioteca e Documentação.

h) PR - Pauta e ordem do dia

Sistema utilizado pela Secretaria Geral Parlamentar, permite a consulta à Pauta e à Ordem do Dia do Plenário.

i) Mala Direta

Cadastro de todas as autoridades parlamentares e administrativas da Assembléia, disponibilizada na Intranet a todos os setores da casa.

j) Páginas de RH

Diversos procedimentos referentes à consulta e inclusão de dados, utilizados pelo DRH, SGA e DF. Esses sistemas agilizaram diversas rotinas da área de Recursos Humanos.

5) Sistema integrado com a Secretaria de Planejamento para LDO e Orçamento

Através de uma ampla interação com a Secretaria de Planejamento, a Divisão de Desenvolvimento Organizacional criou um sistema, utilizando a Internet como ferramenta, que ampliou a participação da sociedade na discussão do orçamento, não só permitindo consulta aos projetos da LDO e do Orçamento, mas também o envio de sugestões de emendas aos parlamentares. Essas sugestões são recebidas no mesmo sistema utilizado pelos Deputados para consultar as informações e, através desse

mecanismo, podem dar acompanhamento aos cidadãos, quanto a suas sugestões.

6) Intragov

A Assembléia aderiu ao termo de cooperação do Projeto Intragov, do Governo do Estado, passando a acessar os sistemas (como Sigeo e Siafem) e a base de dados da Administração Pública Estadual, o que facilitou o intercâmbio de informações. O convênio, além disso, permitiu que se dobrasse a velocidade do acesso a Internet, por um custo inferior a 50% do anterior. O custo anual de uma linha de 2mbits e uma de 64 kbits, em 2001, era de R\$ 89.000,00. No convênio Intragov, o custo anual de três linhas frame relay de 2 mbits importa em R\$ 44.000,00. Além disso, garantiu um aumento de quase dez vezes no acesso aos computadores do Prodesp, agilizando diversas tarefas. Dessa forma, a Assembléia conseguiu maior agilidade em seu fluxo interno de dados, além de colocar à disposição da população informações precisas e transparentes sobre todas as suas atividades.

7) Interação com outros órgãos

Além do Intragov, e algumas vezes por meio dele, tem se procurado, na área de infra-estrutura da Divisão de Informática, gerar uma interação cada vez maior com diversas outras instituições da Administração Pública, permitindo o acesso a informações relevantes para a ação parlamentar e mesmo administrativa da Casa. Dentre essas bases de dados que podem, agora, ser consultadas através da rede da Assembléia se destacam:

- **SIGEO**

- **SAO**
- **SIFEM/SIAFISICO**
- **INFOCRIM**
- **INTRANET DA POLÍCIA CIVIL**

8) Programa Interlegis

A área de infra-estrutura da rede dá suporte às necessidades do Programa Interlegis, de iniciativa do Senado Federal, que interliga as Assembléias Legislativas de todo o País e gerencia as necessidades da Sala de Videoconferência. O modelo do programa permite a interação com os legislativos municipais e, por extensão, com a sociedade paulista. Essa possibilidade levou a Mesa Diretora a sugerir a expansão do mesmo a todas as Câmaras de Municípios que figuram como sede de Região Administrativa em nosso Estado, consignando verba, no orçamento de 2003, para as despesas relativas à sua implantação.

III. MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DA ATIVIDADE INTERNA DO DEPARTAMENTO

Para exercer seu importante papel de elemento chave do processo de modernização da atividade geral da Assembléia, o Departamento de Informática também desenvolve inúmeras atividades, voltadas para a capacitação profissional de seus servidores. Dentre essas atividades se destacam:

1) Treinamento

Além de diversas atividades de treinamento permanente, merece destaque a capacitação dos servidores da unidade para a operação do Sistema Interlegis.

2) Concurso Público

Foi realizado em 2002 um concurso público específico para a área de informática, garantindo a redução de custos com o desenvolvimento de diversas atividades por servidores da própria área e fornecendo os recursos humanos necessários para a evolução de diversas outras ações.

IV. AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES

Foram realizadas duas compras de equipamentos no biênio, garantindo uma atualização constante e desenvolvimento tecnológico para o conjunto da Assembléia, sempre seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Informática. Foram adquiridos 156 computadores e 120 impressoras em 2001, e 310 computadores e 130 impressoras em 2002, totalizando, juntamente com os computadores preexistentes, que ainda não se tornaram obsoletos, uma base instalada de 620 computadores e 410 impressoras. Importante ressaltar que os equipamentos substituídos foram doados para a Secretaria de Relações do Trabalho do Estado, para utilização no Programa de Requalificação Profissional por ela desenvolvido.

V. ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA ASSEMBLÉIA

A Divisão de Informática tem efetuado uma série de estudos visando aprimorar o suporte técnico ao usuário da rede de computadores da Assembléia, inclusive com o planejamento de um serviço de help desk – suporte técnico on-line e a utilização de diversas técnicas modernas de atendimento, com monitoramento estatístico dos procedimentos.

VI. PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA

Além de realizar o necessário controle, planejamento e acompanhamento do Plano Diretor de Informática, ora em execução, com constantes ajustes e aprimoramentos, de forma a mantê-lo compatível com todos os avanços tecnológicos da área, a Divisão de Desenvolvimento Organizacional está engajada na elaboração de um novo Plano Diretor de Informática, que delineie e dê as diretrizes para a continuidade do aprimoramento da área.



O caráter específico da ação do Departamento de Finanças possibilitou aos demais departamentos da área administrativa visualizar, através de planejamento, a importância da economia de recursos, como um ponto essencial a toda ação da Assembléia.

O boletim “*Informe-se*”, nº 22, de novembro de 2000, elaborado pela Secretaria para Assuntos Fiscais – SF, órgão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, apresentou um trabalho sobre responsabilidade fiscal com o título: “Estados *quanto custam as funções legislativas e judiciárias*”. O estudo apresenta um comparativo da despesa nacional em cada os Estado da Federação e entre eles, com as funções legislativas e judiciárias.

Utilizando-se de metodologia semelhante ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, foram criados três indicadores que, em conjunto, constituem um só índice comparativo entre os Estados. Os gastos do Poder Legislativo são comparados em valores *per capita* (segundo a população estadual projetada pelo IBGE), em proporções da receita corrente líquida estadual e do produto interno bruto estadual.

Pois bem, nesses três indicadores, o Legislativo Paulista apresenta os melhores resultados em dois e é o segundo colocado no terceiro. A composição desses resultados nos coloca como o primeiro no *ranking* dos legislativos estaduais de todo o País. Isso em 1999. E agora?

Nestes últimos anos, nenhum estudo semelhante foi apresentado, mas demonstramos, a seguir, alguns números que podem nos dar uma rápida visão da gestão financeira da Assembléia Legislativa.

Execução Orçamentária

Valores em R\$ Mil

	1999	2000	2001	2002*
ALESP	237.104	251.640	269.209	289.873
ESTADO	40.464.686	43.285.632	47.156.098	52.656.100
ALESP /ESTADO	0,59%	0,58%	0,57%	0,55%

Fontes: Balanços Orçamentários e SIGEO

* Dados Provisórios

A tabela anterior apresenta a participação da execução orçamentária da Assembléia em relação ao Estado no período de 1999 a 2002.

Nos últimos quatro anos, os gastos da Assembléia tiveram uma variação de 22,2%, menor que a variação do total do Estado, 30,1%, e de qualquer índice inflacionário no período.

Esses números nos revelam e confirmam que nos últimos anos a participação dos gastos da Assembléia em relação ao total do Estado tem se reduzido, apesar do aumento das atividades parlamentares que, conseqüentemente, necessitaram de mais equipamentos, materiais e serviços.

Uma política de licitações e ações tais como: eliminação de desperdícios, repactuações de contratos e diversos convênios e parcerias com a iniciativa privada, entidades de classes e órgãos

públicos, resultou numa economia que foi direcionada para atender as demandas existentes.

Quanto custa cada deputado para a população economicamente ativa?

	em R\$Mil	em Mil		
ANO	ALESP	PEA**	ALESP/PEA (R\$)	CUSTO POR DEPUTADO (R\$)
1999	237.104	7.761	30,55	0,33
2000	251.640	8.047	31,27	0,33
2001	269.209	8.096	33,25	0,35
2002*	289.873	8.505	34,08	0,36

Fontes: Balanços Orçamentários e SIGEO

* Dados Provisórios

**Dados do IBGE

O quadro anterior demonstra o quanto cada cidadão, que exerce atividade econômica no Estado de São Paulo, pagou, através de impostos, para custear anualmente as atividades de cada deputado do Legislativo Paulista.

Em 1999, cada cidadão, pertencente à população economicamente ativa, participou com R\$ 0,33 para custear os gastos com cada deputado estadual, o que representou um total de R\$ 30,55 para todo o conjunto da Assembléia. Já em 2002, esses números foram, respectivamente, R\$ 0,36 e R\$ 34,08, representando, nesse período, uma variação de 8,4%. Mais uma vez, menor que qualquer índice inflacionário do período.

Em outros termos, um trabalhador, que em 1999 recebia um salário mínimo mensal, tinha uma renda anual de R\$ 1.608,00 e

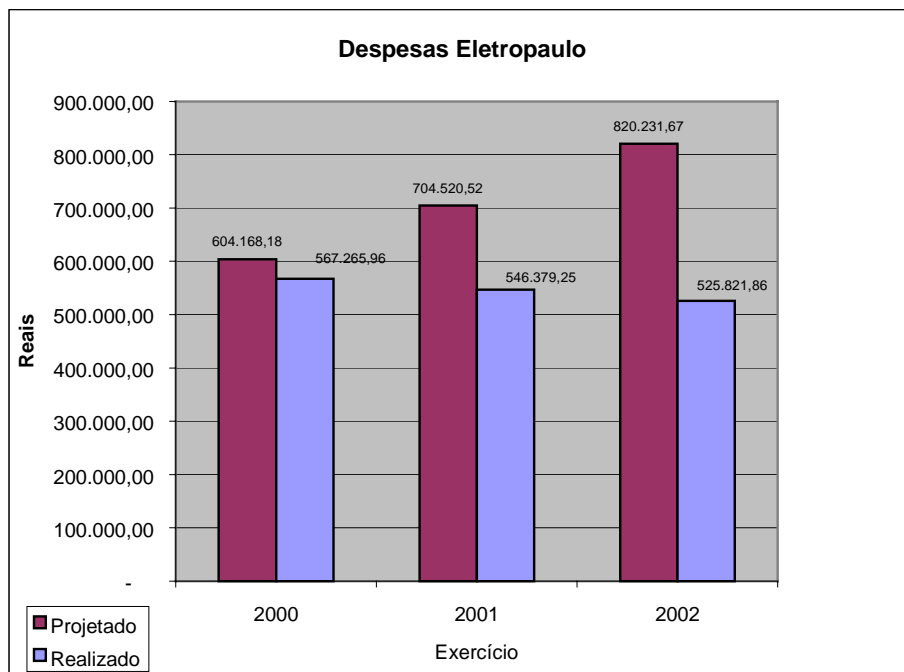
contribuía com 1,89% dessa para custear o Legislativo Paulista. Agora, em 2002, essa proporção caiu para 1,42%.

I. MEDIDAS DESTINADAS A ELIMINAR O DESPÉRDÍCIO

1) Economia de energia elétrica

Um exemplo dessas ações implementadas para eliminar o desperdício foi o redimensionamento do contrato com a Eletropaulo, que redefiniu a quantidade de energia fornecida, e da parceria, através do programa Ecoluz, que substituiu todas as luminárias sem custos para a Assembléia. As novas luminárias, compostas de lâmpadas mais econômicas, e o novo contrato, proporcionaram uma economia de aproximadamente 40% nas contas de energia elétrica.

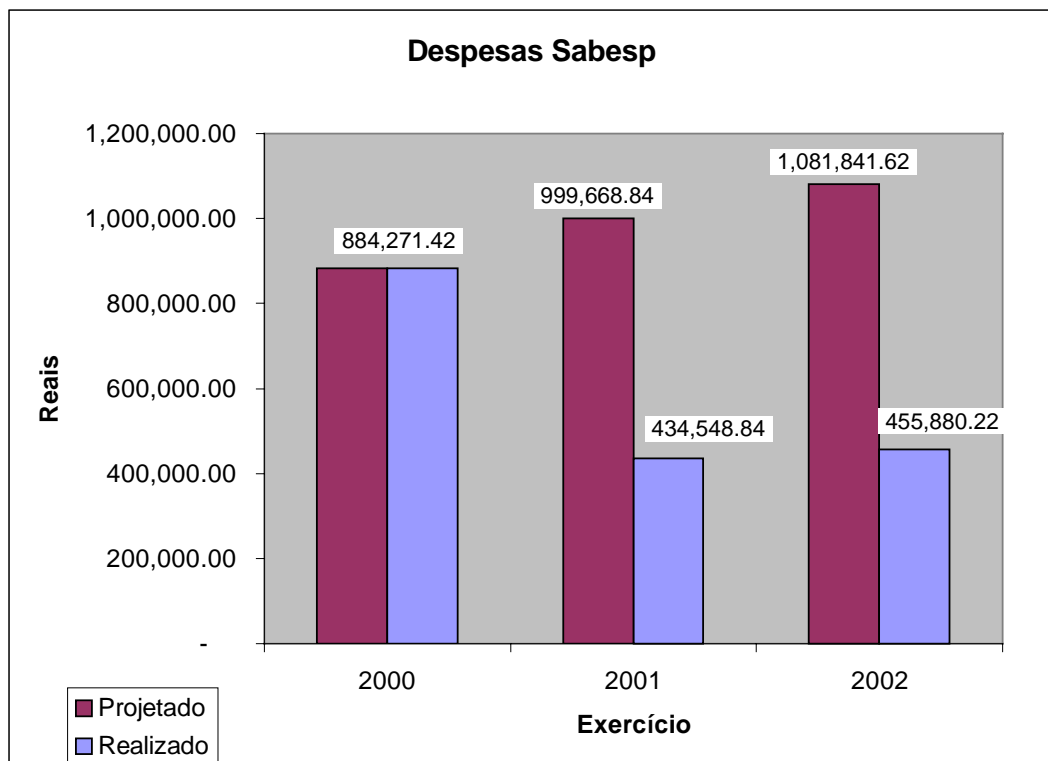
Gráfico



2) Economia de água

Um outro bom exemplo foi a troca de torneiras e outros equipamentos sanitários que evitam desperdício, aliado a um trabalho de busca e eliminação de vazamentos, que proporcionou uma redução de aproximadamente 60% na conta de água.

Gráfico



II. CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, podemos afirmar que seu cumprimento é efetivo, podendo ser utilizado como exemplo o limite com gasto de pessoal da Assembléia juntamente com o Tribunal de Contas do Estado, que é limitado em 3% das receitas correntes líquidas. As apurações realizadas em 2000, 2001 e as projeções para

o exercício de 2002 com gastos de pessoal do Poder Legislativo Estadual estão em torno de 1,3%, ou seja, menos da metade do limite estipulado em lei. E ainda com tendência de queda.

Ano	R.C.L.	Permitido Legal	Despesa de Pessoal	Economia Potencial
		Despesa de Pessoal	Realizada	
2000	32.298.817	968.964	214.863 + TCE	754.101
2001	35.683.659	1.070.509	228.662 + TCE	841.847
2002	39.765.132	1.192.954	241.909 + TCE	951.045

Valores em R\$Mil

Ano	R.C.L.	Despesa de Pessoal		Ampliação do % base 2000	Diferença
		Valor (A)	%		
				(B)	(B-A)
2000	32.298.817	214.863	0,67	214.863	-
2001	35.683.659	228.662	0,64	237.380	8.718
2002	39.765.132	241.909	0,61	266.426	24.517

Valores em R\$Mil

Em 2000, quando começou a vigorar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o índice apurado de quanto representava a despesa de pessoal da Assembléia em relação à Receita Corrente Líquida - RCL do Estado era de 0,67%. Em 2001, este índice foi de 0,64%. A redução deste índice representou uma economia de aproximadamente R\$ 8,7 milhões. Na apuração de 2002, a despesa de pessoal da Assembléia representava 0,61% da RCL. Comparando-se com o ano da implantação da lei, já houve uma economia de R\$ 24,5 milhões no exercício de 2002.

Ainda no tocante à Lei de Responsabilidade, vale salientar que não há nenhum pagamento a fornecedores em atraso por motivo financeiro. Além de ser aplicado rigorosamente o cronograma de pagamentos.

Essa situação serve para confirmar o que vínhamos dizendo: a Assembléia apresenta proporcionalmente um dos menores orçamentos legislativos da Federação. E, também, servir como parâmetro para outros órgãos, uma vez que a sociedade de modo geral espera e exige dos seus governantes maior eficiência, eficácia e transparência no trato da coisa pública.

III. LICITAÇÕES

As licitações realizadas pela Assembléia sempre se pautaram no intuito de otimizar os recursos públicos, através de inovações, dentro do que a lei permite, e da utilização da tecnologia da informação. Neste contexto, destacamos o pioneirismo na utilização da Bolsa Eletrônica de Compras – BEC, administrada pela Secretaria da Fazenda - licitação com dação de bens como parte de pagamentos e a utilização da modalidade pregão.

Em 2002, o processo de contratação promovido pela Assembléia abrangeu tanto grandes quanto pequenas aquisições, bem como as contratações de serviços diversos ao atendimento das necessidades desta Casa. Inúmeras, também, foram as obras de reforma, manutenção e construção de espaços destinados a utilizações diversas, todas elas precedidas do devido processo licitatório, na estrita observância à lei.

1) Bolsa Eletrônica de Compras

Pela BEC – Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado foram realizados dois Convites e mais de 10 aquisições por dispensa de licitação.

2) Pregão

A Assembléia Legislativa cuidou também de utilizar a nova modalidade de licitação denominada Pregão, instituída por lei recentemente promulgada. No Pregão, a Administração tem a possibilidade de reduzir as propostas de preços através de lances verbais, como num leilão reverso.

Terminamos o ano sendo o primeiro órgão público no âmbito estadual e da administração direta a realizar a licitação na modalidade Pregão. Foram seis os Pregões que proporcionaram a aquisição de equipamentos para a TV Assembléia, para o Serviço de Audiofonia da Casa, rádios transceptores para a Polícia Militar e equipamentos e suprimentos de informática. A possibilidade de se reduzir a proposta original através do oferecimento de novos e sucessivos lances verbais tornou possível a redução substancial dos custos da contratação.

3) Convites

Foram realizadas 61 licitações na modalidade Convite, cujos objetos contemplaram obras e serviços de engenharia, a exemplo da criação do PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador, reforma da Biblioteca, reforma da Creche e da Cardiologia, construção do prédio destinado ao Instituto do Legislativo Paulista, adaptação do piso antiderrapante nas rampas de acesso à Assembléia, reforma nas

calçadas que circundam o prédio etc. Através do Convite, foram contratados também os serviços de colocação de placas de sinalização, cursos de reciclagem gramatical, implementação do sistema de segurança com a aquisição de novas mangueiras, extintores e a manutenção do circuito de alarme de incêndio, além da compra do alarme antifurto de livros da Biblioteca, troca e modernização dos equipamentos dos consultórios dentários e aquisição de 1300 doses da vacina antigripal, dentre outras.

4) Tomadas de preço e concorrências

As grandes contratações ficaram a cargo das licitações nas modalidades Tomada de Preços (19) e Concorrência (2). São elas: modernização dos plenários e auditório, aquisição de novos aparelhos de ar-condicionado, arquivos deslizantes, nova contratação para o fornecimento dos tíquetes-refeição, aquisição de microcomputadores, servidores e impressoras.

Destacamos, também, as principais obras executadas nessas modalidades: impermeabilização das coberturas da creche, gráfica e garagem, tratamento paisagístico da praça sobre a garagem, com revisão das redes elétrica e hidráulica, restauração de parte da colméia (brise), reforma dos banheiros coletivos.

5) Utilização de bens como parte do pagamento

A renovação da frota teve como objetivo principal garantir a segurança dos deputados, dos agentes de segurança e demais usuários. Os carros substituídos apresentavam constantes problemas mecânicos e eletrônicos, por causa do excesso de quilometragem. O procedimento licitatório foi inovador. Pela primeira vez, na história do

Parlamento, os veículos a serem substituídos foram utilizados como parte do pagamento na aquisição dos novos. Com isto, obteve-se uma economia significativa de recursos, já que o valor da compra foi reduzido em um terço (R\$ 1,2 milhão), devido ao repasse da frota (consistente em 28 Monzas - ano 1994 e 66 Vectras - ano 1997), devidamente avaliada por peritos judiciais.

IV. FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO LEGISLATIVO

Em 19/10/01 foi criado, através da Lei n.º 10.935, o Fundo Especial de Despesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. O Fundo é uma Unidade de Despesa vinculada à Assembléia. É constituído por receitas que se vinculam especificamente à realização de determinados objetivos ou serviços do órgão.

No caso da Assembléia, o artigo 2º da supracitada lei define o destino dos recursos arrecadados. De modo geral, tais recursos servirão para a expansão e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da Assembléia, especialmente para:

- Modernização administrativa do Poder Legislativo;
- Aperfeiçoamento profissional dos servidores do Poder Legislativo;
- Programas de esclarecimento à sociedade acerca das atividades desenvolvidas pela Assembléia Legislativa;
- Aquisição de serviços e materiais que se fizerem necessários ao desenvolvimento das atividades do Poder Legislativo.

Desde a sua criação, o Fundo vem sendo operacionalizado pelo Departamento Financeiro. Até o momento, o trabalho tem se dado no âmbito da arrecadação de recursos que possibilitem, no futuro, a realização de despesas de acordo com os objetivos do Fundo. Hoje, em conta, possui R\$ 192.000,00, fruto de contraprestações pagas por empresas privadas, pelo uso do espaço público.

V. MANUAL DE ADIANTAMENTO

Ao perceber a grande dificuldade que os funcionários de unidades, não familiarizados com finanças, tinham para entender o regime de adiantamento, uma das modalidades da despesa pública, o Departamento de Finanças, pensando em orientar estes funcionários e, principalmente, os responsáveis por Conta Adiantamento, ou ainda aqueles que estivessem envolvidos com reembolsos de despesas, desenvolveu, na forma mais simples e didática possível, o Manual de Adiantamento, que foi distribuído a todas as unidades da Casa e colocado à disposição dos usuários na intranet.

Em seu conteúdo, o manual traz modelos de solicitação de abertura de empenhos e prestação de contas, entre outros, além de conceitos básicos da matéria e citações da legislação vigente.

VI. MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA A PRESTACAO DE CONTAS DO AUXILIO ENCARGOS GERAIS DE GABINETE DE DEPUTADO

Elaborado em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade e o IOB, o Manual de Procedimentos para a Prestação de Contas do Auxilio Encargos Gerais de Gabinete de Deputado,

revelou-se importante suporte à apresentação do relatório de despesas mensalmente realizadas pelos gabinetes parlamentares, para fins de ressarcimento de seus valores, após prévia análise, pelo Núcleo de Fiscalização e Controle, dos aspectos fiscal e contábil dos comprovantes apresentados, visto conter importantes esclarecimentos sobre a legislação que regulamenta a matéria.

VII. CONTRA PRESTAÇÕES

A Mesa Diretora revisou todos os contratos de permissão de uso realizados com as entidades privadas, que prestam serviços na Casa, em sua grande maioria, instituições financeiras, como Banco do Brasil, Nossa Caixa Nosso Banco, Banco Itaú S/A e Banespa. As permissões de uso eram autorizadas gratuitamente. O novo critério leva em conta o preço do metro quadrado pago na região, a área útil destinada a cada entidade, o consumo estimado de água e luz, aferido o valor da contra prestação a ser por elas destinado ao fundo especial de despesa do legislativo paulista.

PARCERIAS, CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

I. PARCERIAS

Na noite do dia 22 de maio foi comemorado na Assembléia o Dia da Parceria e Cidadania. O objetivo do evento foi divulgar a assinatura de várias parcerias firmadas entre a Assembléia e entidades públicas e privadas, visando consolidar a democracia sobre os pilares “Transparência, Participação e Resultados”, que norteiam as ações da atual Mesa Diretora.

O diálogo entre a Assembléia e a sociedade também se intensificou por meio da assinatura de convênios e acordos de cooperação com entidades civis.

- **Eletropaulo/Philips/ALESP**

A partir da definição, pela Mesa Diretora, da redução do consumo como uma das tarefas prioritárias para todos os setores da Assembléia, foi estabelecido um programa destinado a apresentar soluções que permitissem um uso mais racional da energia que convergiram na formulação de um convênio entre a Assembléia, a Eletropaulo e a Philips. Essa parceria permitiu uma redução significativa do consumo, alterando-se substancialmente o sistema de iluminação. Dentre as diversas mudanças, é importante que se destaque a substituição das luminárias, medida que, mesmo se

considerada isolada das demais, já atendeu às metas de redução de consumo obtidas.

- **Substituição das luminárias**

Foram instaladas cerca de 2.300 luminárias com tecnologia avançada e com as dimensões das luminárias existentes, culminando em uma economia de energia (e também financeira) da ordem de 70%, e aumento da eficiência luminosa de 300 lux para 500 lux*. Somente com a alteração do sistema de iluminação, atendeu-se as metas propostas pelo Programa de Redução de Consumo de Energia.

- **CETEP/ SHUNT/ ALESP**

Por força da parceria realizada pela ASSEMBLÉIA e a SECRETARIA DE ENERGIA/CTEP (Cia. Estadual de Transmissão de Energia Paulista), a empresa SHUNT – Projeto, Instalação e Manutenção desenvolveu um programa de adequação das instalações elétricas desta Casa. Inicialmente, foi feito o levantamento e identificação dos circuitos das redes de ar condicionado, microcomputadores, geral e emergência de eletricidade, e realizado o equilíbrio de cargas, limpeza de contatos e terminais, substituição de disjuntores e chaves comprometidas. Os serviços foram realizados em etapas, corrigindo o quadro geral, os quadros de distribuição, circuitos de rede de alimentação normal e de emergência e subquadros. Adicionalmente, foram realizadas medições em diversos pontos estratégicos das instalações da ASSEMBLÉIA, sendo apresentados os resultados em relatórios, com as medições encontradas e gráficos ilustrativos.

- **Programa de Uso Racional da Água – PURA - CONVÊNIO SABESP/ ALESP**

Seguindo-se às metas de redução no consumo de energia elétrica, buscou-se evitar outras formas de desperdício nas dependências da Assembléia. Nesse sentido, surgiu o Pura – Programa de Uso Racional da Água, desenvolvido a partir de uma parceria com a Sabesp. O objetivo do programa é avaliar os potenciais do consumo de água disponibilizada na unidade da ASSEMBLÉIA, por meio de monitoramento mensal, que pode ser convencional através de leitura direta dos hidrômetros ou automática, pelo sistema hidro-BUS.

A partir desses dados, busca-se promover a redução das perdas e a racionalização do uso de água, diminuindo o consumo de água nos edifícios com intervenção de metodologia, processos e produtos que visam economia, e com programas de conscientização de mudanças culturais para evitar o desperdício, o que possibilitou a economia de aproximadamente 50% do consumo.

- **Moto Honda da Amazônia**

Disponibilizou 02 (duas) motos para a implantação do policiamento ostensivo na região do Ibirapuera e adjacências.

- **Conselho Regional de Contabilidade e IOB – Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.**

O Conselho Regional de Contabilidade e o IOB prestaram consultoria à Assembléia que resultou na elaboração do Manual de

Procedimentos para prestação de contas do auxílio encargos gerais de gabinete de deputado.

- **Sala da Cidadania**

Resultado de parceria inédito entre a Assembléia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi inaugurado mais um espaço para atender o público que frequenta a Assembléia e ajudar os parlamentares na elaboração de projetos. Trata-se da Sala da Cidadania, que desenvolve um trabalho público e gratuito, semelhante ao realizado pela OAB nos fóruns. Localizado no 5º andar do Palácio 9 de Julho, o espaço conta com uma secretária, mesa de reuniões, xerox, biblioteca básica e computador. Todos os custos são suportados pela Ordem dos Advogados.

- **Associação Brasileira da Indústria têxtil - ABIT**

A ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil - doou as bandeiras que são hasteadas diariamente.

- **Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Coréia**

O Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Coréia efetuou a doação de vasos e plantas, que integram o novo paisagismo interno da Assembléia.

- **BCP telefonia**

Patrocinada pela BCP Telefonia, a caixa d'água, com mais de 30 metros de altura, recebeu as cores do Estado de São Paulo. Também foi realizada a colocação de calhas para proteção dos cabos

de telefonia, que se encontram no alto da mesma, e instalada uma nova iluminação cênica, adquirida pela Assembléia, que deu um destaque especial ao prédio durante a noite.

A empresa BCP também é responsável pela instalação e manutenção do projeto de paisagismo externo da Assembléia.

- **Sindipedras**

O Sindipedras doou à Assembléia projeto paisagístico elaborado pela arquiteta Cecília Gorski, que permitiu a revitalização do jardim do subsolo, originando o “Pátio Paulista”.

- **Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo**

A entidade foi responsável por inúmeras doações, entre elas o transporte e instalação de todas as esculturas que compõem o Museu do Bandeirante.

- **Artefato**

Procedeu a reforma do mobiliário de diversas áreas da Assembléia, como a Presidência, o Salão Nobre e o Café dos Deputados.

- **Spress Café e Sindicato da Indústria do Café do Estado de São Paulo**

Responsáveis pela instalação do “Café de São Paulo” no prédio da Assembléia, importante centro de divulgação do café produzido no

nosso Estado, a parceria possibilitou o surgimento de um agradável espaço de convivência dos servidores e visitantes da Assembléia.

- **Instituto de Humanização do Transporte e do Trânsito - IHTT**

Responsável pela elaboração do projeto que visa aprimorar a sinalização do entorno do prédio da Assembléia, já em poder do DSV, para futura implantação, o IHTT também desenvolveu estudos visando a ampliação do número de vagas do estacionamento do Palácio 9 de Julho.

- **Organização Ikesaki Móveis e Cosméticos Ltda.**

A empresa doou todo o novo mobiliário do espaço onde será realizado “make up” dos participantes dos programas da TV Assembléia.

- **Cepam**

Através da parceria com o Cepam foram editados livros contendo a íntegra de alguns seminários aqui realizados.

- **Imesp**

Responsável por grande parte das publicações e edições da produção intelectual e literária elaboradas pelos servidores desta Casa.

- **Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo – IPH**

Responsável pela elaboração do projeto intitulado “Memorial do Legislativo Paulista”, a ser implantado futuramente, resgatando a história do Parlamento paulista através dos tempos.

- **Campanha de Produtos**

Responsável pela doação de mesa e respectivas cadeiras para a copa da Presidência.

- **Doação de obras de arte**

Uma das realizações que só foram possíveis, graças às parcerias estabelecidas pela Assembléia, foi a constituição do seu Acervo Artístico e Cultural. Ao todo, o acervo conta com 233 obras, reunindo: 109 pinturas, 34 gravuras, 23 esculturas, 66 fotografias e 1 tapeçaria.

Em sua grande maioria, doações efetivadas por pessoas físicas. Entretanto, algumas empresas e entidades também contribuíram, patrocinando diversos artistas, cujas obras passaram a integrar o acervo. Dentre elas destacamos:

- Sutaco
- Unicamp
- IPH
- Fiesp/Senai
- Mam

- Federação Comercial de São Paulo
- Sinaprocim/Simprocim
- Conservatório
- Apeoep
- Abamec
- CPTM

II. CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Com a USP, o Parlamento firmou acordo de cooperação nas áreas legislativa e de recursos humanos e no acompanhamento das políticas públicas previstas pelo Fórum São Paulo Século XXI.

A Assembléia e a Unesp assinaram convênio de cooperação nas diversas áreas de atuação da universidade, com a implantação de programas de aprimoramento profissional.

Em conjunto com as Assembléias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Espírito Santo e a Câmara Distrital de Brasília, a Assembléia assinou acordo de cooperação entre a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e o Programa Interlegis, que interliga todos os legislativos do país.

Protocolos assinados com a OAB/SP e a Associação Nacional dos Procuradores do Estado (Anape) prevêem acompanhamento jurídico as matérias votadas em Plenário.

Forma assinados também protocolos e convênios com a Fundação Seade (para a implementação do IPRS), o Sindicato da

Micro e Pequena Industria do Estado de São Paulo, a entidade São Paulo Minha Cidade (para troca de informações sobre temas como segurança e emprego), a Federação Mundial da Juventude Democrática (que acompanhara o andamento de projetos referentes aos jovens), o Instituto de Humanização do Transporte e do Transito (para estudos técnicos visando a construção de garagem subterrânea no Palácio 9 de Julho, que atenderia também o publico externo) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania (para a realização de atividades de difusão da cidadania e de parcerias com centros de voluntariado).

NÚCLEO DE QUALIDADE

I. CERTIFICADO DE QUALIDADE

A Assembléia, por intermédio do Núcleo de Qualidade, promovendo a atualização das normas e procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade. O Certificado de Qualidade da Assembléia foi revalidado em março de 2002, pela empresa certificadora Germanischer Loud Certification (GLC), com base nos requisitos da ISO 9002/94. A partir de 2002, as empresas certificadas deverão ter seus sistemas de gestão auditados com base na NBR ISSO 9000/2000. A próxima auditoria externa deve ocorrer no mês de abril de 2003.

II. RESPONSABILIDADE SOCIAL

1) Programa de coleta dos resíduos sólidos recicláveis – coleta seletiva

Desde a instituição do projeto RECICLAR É LEGAL em 1999, são recolhidos regularmente papéis e latas de alumínio gerados no lixo da Casa. Esse material é selecionado e preparado para venda em espaço cedido pela Assembléia. A coleta e a seleção são feitas por funcionários da Frente de Trabalho e por pessoas que cometeram pequenos delitos, recebendo como pena alternativa prestar serviços à coletividade.

Os recursos financeiros são gerenciados pelo grupo gestor do programa, composto por representantes da Mesa Diretora, da Procuradoria e do Núcleo de Qualidade. Esses recursos são destinados, após rigorosa triagem, ao atendimento de instituições de caridade previamente cadastradas.

Entre janeiro e maio de 2002 foram coletadas, selecionadas e vendidas 47.934 toneladas de lixo reciclável e estão sendo atendidas, nas suas necessidades mais urgentes, dezesseis instituições – dois abrigos de idosos e catorze instituições, que cuidam de crianças portadoras do vírus HIV, com câncer, paralisia cerebral, abandonadas ou retiradas das família.

2) Campanhas

As campanhas têm como objetivo complementar a verba da reciclagem para melhor assistir às instituições. São realizadas pelos funcionários da Assembléia, com o apoio da Mesa Diretora, da Afalesp e do Sindalesp. Entre elas destacamos:

- Dia das Mães nos asilos;
- Dia dos Pais nos asilos;
- Campanha do Vale do Ribeira: são arrecadadas cestas básicas para doação à população carente;
- Campanha de Natal: com o resultado dessa campanha são comprados gêneros alimentícios, distribuídos na festa de Natal realizada com a presença de todas as instituições.

INICIATIVAS CULTURAIS

I. CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL PARLAMENTAR DE COMUNIDADES DE RAÍZES E CULTURAS ESTRANGEIRAS E DO MEMORIAL

Em novembro, a Assembléia aprovou a criação do Conselho Estadual Parlamentar de Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras (Conscre) e inaugurou um memorial que abriga obras doadas à Assembléia, representativas de diversas nacionalidades.

a) Conscre

O órgão, composto por deputados e representantes das comunidades, é o primeiro dessa natureza criado pela Assembléia Legislativa. De caráter permanente e deliberativo, a ele compete formular, coordenar, supervisionar e avaliar ações de preservação da memória e manter os vínculos da imigração. Também tem como atribuições: a) sugerir ações governamentais; b) desenvolver estudos, pesquisas e debates concernentes à preservação da história, memória e influência cultural dos imigrantes no Estado; c) desenvolver projetos próprios que promovam a participação dos imigrantes e seus descendentes em todos níveis de atividades; d) apoiar realizações das comunidades estrangeiras radicadas em território paulista e promover entendimentos e intercâmbios com organizações nacionais e internacionais; e) e auxiliar o Poder Legislativo. Caberá ao Conselho emitir pareceres opinativos e acompanhar a elaboração e a

execução de ações parlamentares em questões relativas à imigração, tendo em vista o intercâmbio entre as diversas comunidades de raízes e culturas estrangeiras e o Poder Legislativo, sob os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

b) Memorial da Conselho de Comunidades de Raízes e Culturas

Com o objetivo de promover a integração das comunidades estrangeiras radicadas no território paulista e possibilitar a inserção dos imigrantes e seus descendentes no contexto político e social, além de preservar as diversas culturas das comunidades, a Assembléia Legislativa inaugurou, em novembro do ano passado, o Memorial do Conselho Estadual Parlamentar de Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras. O espaço abriga exposições de objetos representativos das diversas culturas, doados à Assembléia Legislativa pelas comunidades russa, uruguaia, peruana, coreana, letã, húngara, indiana, canadense, chinesa, portuguesa, italiana, judaica e árabe.

II. ACERVO ARTÍSTICO

Uma das grandes preocupações da atual Mesa Diretora tem sido humanizar a sede deste Poder.

Nesse sentido e, tendo em vista a aprovação, pela unanimidade dos Parlamentares desta Casa, de projeto de lei, referendado pelo Chefe do Executivo, que considera o Palácio 9 de Julho **Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo**, tiveram início uma série de ações objetivando a criação de um Acervo Artístico na sede do Legislativo paulista.

Um grupo de trabalho, coordenado pelo Doutor Emanuel von Lauenstein Massarani, elaborou um plano de ação e passou a contatar artistas das mais diversas modalidades das artes plásticas - pintura, escultura, colagem, fotografia e gravura, bem como entidades de classe, sindicatos, fundações, museus e particulares, solicitando a adoção de obras para a composição do acervo.

Em 29 de agosto de 2002, foi possível inaugurá-lo, possuindo, então, 58 obras. O evento, que contou com a presença dos criadores das referidas obras e a maioria dos parlamentares, teve grande repercussão na imprensa, no rádio e na televisão.

Atualmente, o Acervo Artístico conta com 245 obras, avaliadas em 1 milhão de reais, assim distribuídas: 117 pinturas; 35 gravuras; 26 esculturas; 66 fotografias; e 1 tapeçaria.

Outra preocupação do grupo, foi o de criar condições para melhor visibilidade das obras, seja no que concerne as paredes suportes dos corredores e dos espaços, bem como sua iluminação. Assim sendo, em estreita colaboração com o Departamento de Serviços Gerais, está sendo possível a aplicação de pintura apropriada, com nova cor, em todas as dependências do Palácio 9 de Julho.

Visando facilitar sua leitura aos milhares de visitantes que nos frequentam, a colocação das obras teve uma preocupação museológica, sendo distribuídas, por modalidades e por técnicas, em espaços diferenciados.

O Diário Oficial do Legislativo publicou, diariamente, de setembro a dezembro, uma página dedicada ao Acervo Artístico,

preparada e escrita pelo Doutor Emanuel von Lauenstein Massarani, incluindo uma crítica sobre cada obra, foto da mesma, biografia e foto do artista, além do registro do doador. Essa página tem sido divulgada diariamente pela Internet e cada artista tem sido entrevistado pela TV Assembléia.

Afim de garantir a originalidade das obras, cada artista ou doador assinou o respectivo documento de doação, recebendo, em contrapartida, um “Diploma de Doador”, assinado pelos atuais membros da Mesa Diretora.

Paralelamente, está sendo preparado um livro sobre "O Acervo Artístico do Palácio 9 de Julho", que deverá incluir fotos da obra e do artista, bem como a crítica da obra e a biografia do autor.

Das ações propostas, resultaram ainda dois convênios assinados pela Assembléia Legislativa. Um com o Museu de Arte Moderna de São Paulo estabelecendo um importante intercâmbio cultural, com a doação de obras de arte, no caso fotografias e do software de gerenciamento museológico. Outro com o Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo, visando a elaboração e criação do Centro de Memória do Legislativo Paulista.

III. MUSEU DOS BANDEIRANTES

A criação do Museu dos Bandeirantes e sua instalação num espaço de 8530 m², localizado numa das áreas mais nobres da cidade de São Paulo, representa um momento especial para a Arte Brasileira, pois cria um espaço que, sem dúvida, irá se transformar em referência nacional .

IV. PAISAGISMO

O projeto de paisagismo de volumes, elaborado pela paisagista Carla Oldenburg Santana, cria espaço, nos jardins da Assembléia, para abrigar as obras integram o Museu dos Bandeirantes. Muita textura e vegetação rasteira serão aplicadas, contrastando com a verticalidade do prédio. A maquete encontra-se exposta no Hall Monumental e o início da implantação do projeto está previsto para breve.

V. ORQUESTRA DE CÂMARA DA UNESP

O Hall Monumental, que tradicionalmente abriga mostras de arte, recebeu obras invisíveis, mas que permanecem nos ouvidos. São os concertos que a Orquestra de Câmara da Unesp (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” apresentou, mensalmente, no decorrer de todo o ano de 2002. A Orquestra, formada por ex-alunos da Unesp, foi criada em 1991, pelo maestro Carlos Kaminski, seu diretor.

VI. CAFÉ DE SÃO PAULO

A Assembléia Legislativa, em parceria com o Sindicato da Indústria do Café do Estado de São Paulo e a empresa Spress Café, visando resgatar a cultura cafeeira do nosso Estado, criou o espaço “Café de São Paulo”, onde oferece café de qualidade e divulga a importância histórica do setor para economia brasileira.

ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR E CIVIL

I. PROJETO QUALIDADE DE VIDA – ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR E CIVIL

O patrulhamento ostensivo, preventivo e comunitário no quadrilátero da Assembléia Legislativa já é uma realidade. Criado em maio de 2001, numa parceria entre a Assembléia Legislativa e a Secretaria de Segurança Pública, conta com um efetivo de 38 policiais militares e três viaturas que se deslocam diariamente para as ruas da Vila Mariana e para o Parque do Ibirapuera, numa área que vai do túnel Ayrton Senna até a rua Oscar Porto.

Nesse período, foram realizadas diversas operações. Algumas com grande repercussão na imprensa, como a Operação Parque sem Drogas, a Flanelinha e os Minibloqueios Simultâneos. Todas essas ações foram aprovadas pela sociedade a que têm servido. Além disso, diminuíram sensivelmente os roubos e os assaltos na região e desapareceram as ameaças de sequestro a funcionários da Casa.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública, houve uma queda de aproximadamente 60% no índice de criminalidade nas adjacências ao prédio da Assembléia Legislativa e de aproximadamente 30% na área total de atuação.

Sendo esse policiamento comunitário, a Moto Honda da Amazônia disponibilizou, para implementação do mesmo, duas motos que atuam principalmente nos horários de pico, onde várias ocorrências são registradas

Durante o período de maio de 2001 a janeiro de 2003 destacamos os seguintes dados:

- Pessoas abordadas= 9.085 (nove mil e oitenta e cinco) ;
- Veículos vistoriados = 3.302 (três mil trezentos e dois);
- Motos vistoriadas = 1.289 (um mil duzentos e oitenta e nove);
- Apoio ao 12º BPM/M = 682 (seiscentos e oitenta e dois) – Obs: por questões técnicas as ocorrências despachadas pelo COPOM são encaminhadas as viaturas do 12º BPM/M e foram atendidas com o apoio da tropa da APMAL e em muitos casos pela própria APMAL;
- Conduções à DP = 137 (cento e trinta e sete) entre presos e menores apreendidos nas ocorrências abaixo consignadas;
 - 01 Seqüestro Relâmpago,
 - 04 Recaptura de Procurados,
 - 05 Roubos,
 - 01 Porte ilegal de arma,
 - 01 atentado Violento ao Pudor,
 - 01 Extorsão,
 - 02 Desacato,

- 01 Receptação Dolosa,
- 12 Portes de Entorpecente,
- 05 Desinteligência,
- 02 Estelionatos,
- 09 Furtos,
- 05 Acidente de Trânsito com vitima,
- 02 Ato Infracional,
- 02 Atropelamento,
- 01 Furto Tentado,
- 03 Acidentes de Trânsito s/ Vítima
- 03 Autos localizados;
- 01 Lesão Corporal;
- 01 Dano;
- 01 Apoio a Policial Militar

1) Operações Realizadas:

a) Operações Bloqueio: 30 (trinta)

b) Operação “Cebolinha do Parque do Ibirapuera”

Veículos Vistoriados:128 (cento e vinte e oito)

Pessoas Vistoriadas:274 (duzentas e setenta e quatro)

c) Operação Parque sem Droga:

Pessoas Abordadas: 50 (cinquenta)

Pessoas Conduzidas para Averiguação:38 (trinta e oito); sendo 10 (dez) com antecedentes criminais por roubo, furto e receptação

Flagrantes:04 (quatro)

Porte de Entorpecente: 03 (três)

Tentativa de Furto Qualificado: 01 (um)

d). Operação Flanelinha no Parque do Ibirapuera

- **Pessoas conduzidas para averiguação: 41 (quarenta e uma), sendo 30 (trinta) com antecedentes criminais diversos.**

Principais Ocorrências:

- Prisão em Flagrante Delito de 02 (dois) maiores que praticavam Ato Violento ao Pudor contra crianças, em troca de doces e presentes.
- Um seqüestro relâmpago em andamento foi frustrado pela ação integrada da tropa da APMAL. Vítima resgatada sem ferimentos, prisão dos criminosos e apreensão das armas;
- Apreensão de várias quadrilhas de menores que se especializaram em praticar assaltos na alça de acesso do Detran e Praça Dia do Senhor, evadindo-se em seguida para o interior do Parque do Ibirapuera;

- Prisão de um dos fugitivos da justiça, desarticulando plano de roubo à agência bancária da Assembléia Legislativa;
- Desarticulação do tráfico de entorpecente que ocorria no interior do Parque do Ibirapuera;
- Contínua abordagem dos flanelinhas que atuam junto ao Parque do Ibirapuera;
- Outras ocorrências como a prisão de assaltante nas proximidades da Bienal graças ao empenho extraordinário do miliciano que detectou a ocorrência, perseguiu o criminoso e, após luta corporal logrou êxito na prisão.

Coube à Assistência Policial Civil realizar o atendimento, assessoramento e acompanhamento às CPI's dos Combustíveis, do Sistema Prisional e Financeiro, culminando com a desativação de vários depósitos clandestinos de combustível e detenção de indivíduos relacionados a esta prática ilegal.

O Posto de Identificação mantido nesta Casa expediu, no período de março/01 à dezembro/02, 2312 primeiras vias de cédulas de identidade e 2817 segundas vias, totalizando 5129 cédulas de identidade, além de 797 atestados de antecedentes criminais no período.